



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 725 - DE 6 A 19 DE OUTUBRO DE 2024 - R\$ 5,00



Um ano de genocídio na Faixa de Gaza

Pelo fim da guerra de Israel contra os palestinos e libaneses!

**Não à guerra de Israel-Estados Unidos ao Irã!
Organizar a frente única anti-imperialista
contra as guerras de dominação**

**Em defesa de uma República Socialista na Palestina e
pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

**Operários, camponeses, demais trabalhadores
e juventude oprimida, votem nulo nas eleições
municipais em defesa do programa próprio de
reivindicações e pelo fortalecimento da
construção do Partido Operário Revolucionário**

75 anos da Revolução Chinesa

VIVA A REVOLUÇÃO CHINESA DE 1949!

O Partido Operário Revolucionário reivindica as conquistas da revolução e luta contra a restauração capitalista, com o programa da revolução social



Pelo fim do massacre na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Líbano

Não à guerra no Oriente Médio!

Poucos dias de completar um ano da intervenção na Faixa de Gaza, as Forças de Defesa de Israel passaram à ofensiva no Líbano. Em seguida, o Irã respondeu à matança das mais altas autoridades do Hezbollah enviando mísseis a Tel Aviv. Esses últimos acontecimentos configuram mais definitivamente a guerra entre Israel e Irã. De fato, já estava declarada pelos bombardeios das Forças de Defesa de Israel na Síria e nos atentados de Israel no Irã.

A lógica dessas ações militares, que vêm conflagrando o Oriente Médio - justificada por Israel e pelos Estados Unidos - é que o Irã apoia o Hamas e o Hezbollah. Logo, para concluir com êxito a destruição dos dois movimentos contrários a Israel, é necessário destruir as relações financeiras, políticas e militares do Irã com a resistência antissionista na Faixa de Gaza, no Líbano, na Síria, no Iêmen e no Iraque do que resta do movimento islâmico xiita.

Está líquido e certo de que Israel aguarda apenas a autorização dos Estados Unidos para se lançar ao contra-ataque. Não se tem ainda a sua dimensão. O Irã fez duas respostas ao chamado de guerra por Israel, mas comedidas e sem consequências para as posições da defesa israelense e para a continuidade de sua guerra contra os palestinos. Foram dois sinais de que o governo iraniano não poderia tolerar indefinidamente tamanhas provocações.

O assassinato da principal liderança do Hamas no dia da posse do novo presidente, Masoud Pezeshkian, em território iraniano foi um ato de guerra. Esperava-se uma ação defensiva da soberania do Irã, que de fato foi prometida e com o passar do tempo permaneceu nas intenções.

Israel e Estados Unidos vêm contando com a difícil situação econômica do Irã punido pelas sanções do imperialismo e com a crise política que se acirra com as divisões internas. A ofensiva militar no Líbano, com as mesmas táticas de destruição material e carnificina de civis, precedida e acompanhada de atentados contra a alta direção do Hezbollah, obrigou o Irã a recorrer ao lançamento de mísseis sabendo que seriam quase todos abatidos pela poderosa defesa de Israel e da coligação Estados Unidos-Reino Unido. A guerra ao Irã está posta por Israel e Estados Unidos.

Essa conflagração explodiu quando a ONU realizava sua 79ª Assembleia Geral. O seu Conselho de Segurança, mais uma vez, se mostrou incapaz de evitar a expansão da guerra na Faixa de Gaza para o Oriente Médio. Imperam os interesses e as necessidades dos Estados Unidos e das potências aliadas.

O começo da tragédia do povo palestino tomou corpo justamente com a criação do Estado sionista pela ONU em 1948. Nunca garantiu os dois Estados prometidos. Sempre facilitou a expulsão dos palestinos de suas terras, moradias, negócios e afazeres pela força econômica e as armas. A colonização sionista chegou ao extremo de confinar parte dos palestinos na Faixa de Gaza, que se transformou em um campo de concentração, e parte na Cisjordânia, que foi semi-anexada e transformada em um protetorado do Estado de Israel.

A resistência palestina - das intifadas às milícias armadas - foi esmagada seguidamente pelo poderio militar e policial dos israelenses. Os Estados Unidos e aliados prometeram a constituição do Estado palestino nos acordos de Oslo, em troca de desarmar a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Daí decorreu a divisão do povo palestino entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, ao ponto de chegarem perto de uma guerra

civil. Mas, os acordos de Oslo ficaram no papel, como ficou a garantia pela ONU de se estabelecer um Estado palestino.

Israel desencadeou intervenções no Líbano com claro objetivo anexionista. Promoveu massacres. Nesse marco, se atomizaram as forças sociais que constituíram o Líbano e formou-se o Hezbollah, grupo xiita ligado ao Irã. Tensões, conflitos e guerras permanentes marcam a implantação e desenvolvimento do Estado de Israel. Nestes 76 anos, nunca se teve um período de paz entre palestinos e judeus-israelenses. Esse percurso de confrontações compõe o quadro mais geral do Oriente Médio desde o fim do Império Otomano, desmoronado na Primeira Guerra Mundial e submetido a uma nova partilha na Segunda Guerra. A dominação imperialista e os vários nacionalismos alimentaram as desavenças históricas e circunstanciais.

As divisões entre os próprios árabes e parte destes com os persas foram e têm sido fundamentais para os Estados Unidos e potências europeias estabelecerem um domínio armado nas entranhas do Oriente Médio. As divisões nacionais e religiosas continuam a se reproduzir e se alimentar sobre uma base econômica atrasada do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e conservação de uma feudal-burguesia que sobrepõe os seus interesses de casta às massas oprimidas do Oriente Médio.

As variantes do nacionalismo burguês e pequeno-burguês se mostraram impotentes para impor a autodeterminação das nações oprimidas e combater a militarização imperialista do Oriente Médio. A guerra entre o Iraque e Irã, a guerra de intervenção dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e no Iraque, a guerra civil na Síria marcada pela intervenção de forças externas e a guerra entre Arábia Saudita e Iêmen, de conjunto, formam o quadro de conflagrações em que se manifestaram as guerras do Estado de Israel e Estados árabes, bem como com a resistência palestina e libanesa.

Muitas foram as devastações e muito sangue foi vertido pelas guerras, que sempre tiveram marcadas pela intervenção do imperialismo. Quando se encontra algum equilíbrio, em seguida ressurgem os velhos choques. Agora, o Oriente Médio está na iminência de a guerra na Faixa de Gaza e no Líbano se ampliar para a guerra de Israel-Estados Unidos com o Irã.

A declaração de Biden que os Estados Unidos não são favoráveis a um ataque às usinas nucleares iranianas indica que esse é o objetivo de Israel. Não faltaram tentativas de impedir ao Irã o direito de ter o seu programa nuclear independente das ordens do imperialismo. Os assassinatos de vários cientistas iranianos foram a sinalização de Israel e dos Estados Unidos de que estavam prontos a irem às últimas consequências para impedir que os persas alcancem armas nucleares.

Para o governo de Netanyahu, criaram-se as condições da guerra tão esperada e preparada. Está apenas na dependência dos Estados Unidos, que estão obrigados a calcular os fatores da crise mundial, que, de um lado, se encontra na guerra da Ucrânia, e, de outro, na escalada da guerra comercial com a China. Mas, qualquer que seja o ataque de Israel ao Irã tem potencialidade para se consolidar em guerra no Oriente Médio.

O curso dos acontecimentos depende em grande medida de as massas e povos oprimidos do Oriente Médio se levantarem em contraposição à guerra contra o Irã e em favor do fim imediato da guerra de Israel contra o povo palestino e libanês. Está posta a tarefa de erguer a frente única anti-imperialista para derrotar as forças que impõem as guerras de dominação.

Aproxima-se a votação em primeiro turno

Tudo indica que a direita e ultradireita, que engloba PL, União Brasil, PSD, Podemos etc., conquistarão a maior parte das prefeituras. É o que apontam as pesquisas. Significa que a presidência da República nas mãos de Lula (PT) não modificou o domínio que os partidos de direita, centro-direita e ultradireita sempre teve nos municípios, dos pequenos aos grandes. Certamente, não se trata de um acontecimento novo. A relevância da constatação está em reconhecer que o PT está no quinto mandato presidencial e não foi capaz de desalojar o conservadorismo e o reacionarismo que prevalece na base dos estados e da federação. Não se criou um movimento político de esquerda que pudesse modificar, mesmo que em grau, ainda que não de essência, a relação partidária dos poderes locais com as massas que formam a maioria oprimida.

As prefeituras dos 5.569 municípios, correspondentes aos 26 estados e Distrito Federal, formam o piso da estrutura oligárquica da política burguesa. Explica também por que a maioria dos estados continuam perpetuamente controlada pelos velhos partidos oligárquicos que se dividem e mudam de nome. Os que parecem novos, na realidade, têm suas raízes fincadas nos velhos e em suas divisões. O PT foi o único fenômeno novo surgido no final da ditadura militar. A sua trajetória, porém, foi de adaptação à estrutura e às relações partidárias oligárquicas.

O período de 1930 a 1964 se afirmou sobre a base do impulso à industrialização e da prevalência do nacionalismo burguês sobre a velha política oligárquica que vinha da denominada Velha República. As adaptações foram significativas, mas sem romper com os fundamentos oligárquicos determinados pelas forças econômicas da estrutura agroexportadora e pela forte presença do capital imperialista.

As eleições municipais expõem as lentas mudanças que não afetam o edifício oligárquico da organização estatal, dos partidos e das determinações da burguesia sobre a política em geral. Em boa parte, essa formação política do Brasil - que passou de colônia à república, e da República Velha à República Nova, e desta à ditadura militar e, finalmente, à "redemocratização", explica o fenômeno de a federação comportar um governo petista que vem do nacional-reformismo, sem alterar o edifício oligárquico erguido sobre estados e municípios.

O capitalismo sofreu mudanças sensíveis desde que rompeu as cadeias do escravismo colonial e forjou a industrialização, mas não teve como se livrar da forma oligárquica da ditadura de classe da burguesia. Essa predominância transparece na organização federativa e nas relações político-partidárias que ditam o curso dos acontecimentos, mas que se evidenciam com maior transparência nas eleições municipais e estaduais.

Os partidos de direita e ultradireita, que comparecem com a máscara de um novo espectro político, podem vencer na maioria das cidades devido as raízes do domínio oligárquico profundamente fincadas nos municípios e estados. O nacional-reformismo adaptado à democracia oligárquica é incapaz de modificar essa relação, uma vez que implica uma revolução democrática que a burguesia já não pode realizar e que passou para as mãos do pro-

letariado, ou seja, a revolução democrática que derrubará o poder oligárquico será subproduto da revolução proletária.

Decomposição da democracia oligárquica

A disputa acirrada nos centros urbanos tem envolvido rios de dinheiro, influência dos capitalistas locais, a intervenção do narcotráfico e das milícias, assassinatos, campanha mentirosa nas redes sociais e compra de cabos eleitorais. O município de São Paulo se destaca em todos esses itens. Tornou-se o epicentro da corrida eleitoral pelo fato da candidatura de Boulos, fruto da aliança do PT com o PSOL, refletir a crise política que se mantém acesa, apesar de a ultradireita ter sido derrotada nas eleições presidenciais e seu movimento golpista, fracassado. A candidatura do franco atirador Marçal expôs a presença do narcotráfico, que ganhou força e importância política no último período.

A possibilidade de ir ao segundo turno no lugar de Boulos dá muito bem a dimensão da decomposição da democracia burguesa. Seu partido, PRTB, não passa de uma organização artificial, que inflou com as redes sociais. O aprofundamento do PSDB que governou por anos a fio o estado de São Paulo e a emergência do aventureiro Marçal correspondem à movimentação partidária nos marcos do apodrecimento da democracia burguesa.

A candidatura de Boulos, por sua vez, é parte desse mesmo processo político. Adaptou-se à pressões da imprensa e dos adversários para arregimentar votos das camadas mais conservadoras da classe média paulistana. Mas praticamente em toda parte desse processo se verifica os mesmos sintomas, diferenciando-se em particularidades.

O PT não se acanhou em se aliar ao PL em determinados municípios, a exemplo de São Luiz do Maranhão. Valdemar Costa Neto reclama que se o PL e suas alianças não tiverem um bom resultado se deve ao fato de ter tido uma arrecadação menor do que a esperada devido ao fato de enfrentar o PT que está no governo federal e do corpo mole de Bolsonaro que podia buscar mais dinheiro em suas bases. Mesmo assim, o presidente do PL informa que já recebeu R\$ 886 milhões do fundo eleitoral, que, somados aos R\$ 50 milhões do fundo partidário, perfazem R\$ 950 milhões.

O PT, segundo colocado, recebeu R\$ 620 milhões, que, somados aos valores da federação com o PTdoB e PV, se elevou a R\$ 721 milhões. O terceiro colocado, União Brasil, teve direito a R\$ 537 milhões. De acordo com cálculos, os três partidos se apossaram de 40% dos R\$ 5 bilhões que compõem o fundo eleitoral. O fundo partidário é de R\$ 1,24 bilhão.

A criação desses fundos foi justificada como a forma de acabar com o financiamento privado. Ocorre que os dois fundos estatais, dinheiro público, passaram a financiar as campanhas milionárias correspondentes a R\$ 6,24 bilhões. E nada impede o poder econômico continue enchendo os cofres dos partidos, cujos candidatos e orientação política melhor servirão aos seus interesses privados. Somente nas capitais, o PL e PT despejaram R\$ 217 milhões do fundo eleitoral, Desse montante, o PT contribuiu com R\$ 82,7 milhões. Em São Paulo, Boulos lidera o financiamento com R\$ 30 milhões do PT. Ricardo Nunes recebeu R\$ 17 milhões do PL.

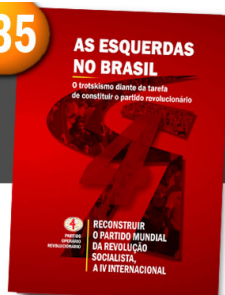
As esquerdas que concorrem com candidaturas próprias (PSTU, PCO e UP) se veem diluídas como faíscas de um traque. Usam a eleições para fins aparelhistas, valendo-se cada uma dos R\$ 3,4 milhões do fundo eleitoral (PSTU, PCB e PCO perderam o direito ao fundo partidário por não alcançarem o quórum eleitoral, determinado pela cláusula de barreira). Não se valem da tática eleitoral para defender o programa de ação dos explorados e a

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



estratégia da revolução proletária, bem como desmascarar e combater a democracia oligárquica. Assim, atuam eleitoralmente comprometidas com o fundo eleitoral e em meio à decomposição da democracia oligárquica.

Defesa do voto nulo e do programa de ação

Sem o partido revolucionário organizado no seio da classe operária, não há outra via senão a defesa do voto nulo. Os partidos de esquerda que se distinguem dos partidos da ordem capitalista expressam variantes da política pequeno-burguesa. Não estão organizados no interior do proletariado, assim desenvolvem uma política centrista de esquerda. Submeteram-se às condições da democracia oligárquica para se legalizarem e terem acesso aos meios materiais. Perderam recursos do fundo partidário por não alcançarem quórum eleitoral nas eleições parlamentares. Salvaram-se com a adoção, pelo parlamento oligárquico, do fundo eleitoral. Mas, no fundamental se tem o fato de não dirigirem nenhum movimento de expressão das massas oprimidas.

A quase totalidade dos assalariados estão à mercê dos partidos que sustentam o poder do Estado capitalista e a ditadura de classe da burguesia. Uma camada rejeita as mentiras, é avessa às promessas eleitorais que via de regra não são cumpridas e repudia a corrupção política. Deixa de votar ou vota nulo. Mas, a imensa maioria é arrastada pelas disputas interburguesas.

As candidaturas de esquerda estão distantes de refletirem as tendências mais profundas da revolta instintivas dos oprimidos em geral e classe operária em particular. Isso porque não desenvolvem um programa de ação que impulse a luta de classes e assinale o caminho da revolução social, portanto, proletária-socialista. Sem o programa de combate à exploração capitalista e a consequente estratégia revolucionária não podem aplicar a tática eleitoral como auxiliar à ação direta.

O caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário obriga a convocar os explorados a votarem nulo e a lutarem por

Se houvesse a possibilidade do POR intervir com seu programa de ação, estratégia e candidaturas próprias, sem dúvida, seria um grande passo no sentido da superação das ilusões democráticas e da organização independente da classe operária e demais trabalhadores.

um programa próprio de ação que transcende o período eleitoral. Não há dúvida de que são fortes as ilusões democráticas das massas, que têm servido tanto aos velhos partidos oligárquicos quanto ao PT reformista e seus aliados de esquerda para mantê-las subjugadas ao poder do Estado. Se houvesse a possibilidade do POR intervir com seu programa de ação, estratégia e candidaturas próprias, sem dúvida, seria um grande passo no sentido da superação das ilusões democráticas e da organização independente da classe operária e demais trabalhadores.

Também pesa na luta eleitoral a crise de direção. A orientação imposta por uma situação histórica desfavorável à aplicação da tática revolucionária nas eleições não leva ao abstencionismo, mas sim à luta pelo programa de ação e a consequente defesa do voto nulo. Luta que é anterior às eleições e posterior a elas.

O programa de ação do POR pode ser sintetizado na defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas; por condições de moradia garantidas a toda família trabalhadora; por saúde e educação públicas universais; pelo fim das contrarreformas trabalhista e previdenciária, que incluem o fim da informalidade e da terceirização; pela proteção da juventude com a combinação do emprego com os estudos em todos os níveis de ensino; pela proteção da maternidade com a redução da jornada de trabalho e garantia universal de creches; fim da mortandade provocada pelo próprio Estado com o fim da polícia militar e estabelecimento da autodefesa pelos próprios trabalhadores e moradores; fim dos assassinatos de camponeses e indígenas que lutam pela terra; direitos irrestritos de organização e de manifestação operária e popular; pela união dos trabalhadores das cidades e do campo na luta contra a opressão capitalista.

Com esse programa de ação, vinculado à estratégia história da revolução social, o Partido Operário Revolucionário convoca os explorados a votarem nulo e a fortalecerem a sua organização independente do Estado e de todo aparato que serve à dominação da minoria burguesa sobre a maioria trabalhadora.

Pernambuco

Pistoleiros do “Invasão Zero” atacam posseiros do Engenho Barro Branco, baleando estudante da UFPE e camponeses

Resistência heroica impede massacre e derrubada das casas

A Mata Sul de Pernambuco viveu mais um dia de terror e luta em 28 de setembro. Na data, uma missão de solidariedade de estudantes do IFPE e UFPE se deslocou de Recife a Jaqueira/PE para levar alimentos, medicamentos e produzir matérias sobre os ataques dos latifundiários e a resistência camponesa, apoiada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP). Pela tarde, estava marcada uma assembleia popular. Logo que o sol nasceu, enquanto muitos camponeses estavam nas feiras da região, 14 camionetes picapes fizeram um desfile macabro pelos sítios dos posseiros, anunciando os ataques. Junto com 50 pistoleiros da Agropecuária Mata Sul, cães e duas retroescavadeiras, pessoas ricas da região exibiam suas

armas de grosso calibre. Quem comandou o ataque, no local, foi o presidente do “Invasão Zero”, em Pernambuco, o ex defensor público José Antônio Fonseca de Mello.

Diante do massacre iminente, os camponeses e estudantes organizaram sua autodefesa. Soltaram fogos, para agrupar os posseiros e apoiadores da região. As famílias camponesas se defenderam com pedras, paus, instrumentos de trabalho e barricadas com fogo. O Ouvidor agrário do INCRA enviou 20 policiais militares. Porém, as forças policiais, mais uma vez, foram cúmplices dos latifundiários. Se esconderam atrás de uma igreja enquanto os pisto-

leiros cometiam seus crimes e depois os escoltaram, diante da justa revolta dos trabalhadores rurais.

Os pistoleiros efetuaram cerca de 100 disparos com armas de calibre 38 e 40. Atingiram uma estudante no pé, um camponês na perna e barriga e uma camponesa no ombro. Houve feridos também entre os agressores. A resistência camponesa e estudantil frustrou o plano dos latifundiários de destruir casas e a sede da associação com a retroescavadeira e massacrar os posseiros. Em vez de ir atrás dos pistoleiros e mandantes, a polícia da região tem agido para intimidar os camponeses e tentar incriminar as lideranças, inclusive assediando as crianças com perguntas.



“Antes mesmo de chegar, tomei um tiro. Eles não queriam nem saber, quem estava na frente era para morrer, e a polícia não fez nada, são a favor deles (dos pistoleiros)”.
Fonte AND

Antecedentes

No dia 18 de setembro de 2024, uma agente pastoral da CPT foi sequestrada, agredida e ameaçada de morte. Em 2023, uma liderança camponesa aproveitou a visita do então Ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, para entregar uma denúncia sobre as violações na região, dias depois foi ameaçado de morte junto com sua esposa. O município de Jaqueira ocupa o sétimo lugar do país em número de conflitos no campo, conforme o Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT), referente ao ano de 2023. Também na região da Zona da Mata Sul, em 2022, o menino Jonatas, de 9 anos, filho de uma liderança camponesa, foi assassinado dentro de sua casa, invadida por pistoleiros.

São inúmeras as denúncias de violações de direitos das famílias camponesas na região. Seguranças privados (pistoleiros) destroem cercas e plantações, invadem casas, instalam cercas elétricas que bloqueiam o acesso a fontes de água, despejam veneno, usam drones e câmeras para vigiar os trabalhadores e impõem toque de recolher. A polícia e o judiciário completam o quadro de violações, com várias formas de intimidação e criminalização: ações de reintegração de posse, batidas policiais e intimações por formação de quadrilha, vandalismo e até tráfico de drogas. Há inclusive casos de prisões arbitrárias com inquéritos forjados. Desde 2020, a polícia federal legalizou a ação dos pistoleiros. Câmeras de segurança do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos já registraram, em 2019, pistoleiros atirando e recolhendo os cartuchos. Não faltam registros em foto e vídeo das ações contra as famílias e suas benfeitorias. Sob a pandemia, as violências se agravaram.

O Engenho do Barro Branco pertence à massa falida da Usina Frei Caneca, fundada em 1886 pelo governo de Pernambuco e privatizada em 1927. Há cerca de 20 anos ela faliu, acumulando dívidas trabalhistas e tributárias. Com a cumplicidade dos governos do PSB passaram a haver leilões para “arrendar” as terras onde os posseiros vivem há mais de 50 anos, sem conquistar o direito formal à terra. Há pelo menos 10 anos que os arrendatários vêm atacando os posseiros com o objetivo de expulsá-los. Em 2018, o ar-

rendamento foi passado para a Negócio Imobiliária S/A, que mudou o nome para Agropecuária Mata Sul e, em 2020. As terras alugadas para a Agropecuária Mata Sul totalizam 4,6 mil hectares, equivalente a 53% de todo o território da cidade de Jaqueira. Por trás de outros nomes e CPFs, o Guilherme Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão se apresenta como dono das terras. Trata-se de uma família oligárquica. Guilherme e Marcelo Maranhão (PSB) são filhos do ex-dono da Usina Estreliana, palco de um massacre de trabalhadores rurais, em 1963, quando lideranças foram assassinadas ao cobrar direitos trabalhistas.



Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem manifestações

A prioridade da esquerda eleitoreira tem sido a de caçar votos nas eleições municipais, pouca atenção tem sido dada à grave situação na mata sul. A tentativa de massacre contra os camponeses e, em particular, de homicídio contra uma estudante da UFPE, deve ser a gota d'água e desencadear um forte movimento, envolvendo a classe operária, os camponeses e a juventude, para exigir a expropriação sem indenização das terras dos Engenhos da região, estatização e entrega das terras aos que nela vivem e trabalham.

Não confiamos na polícia e no judiciário. As oligarquias dominam a política em Pernambuco e integram tanto a oposição bolsonarista como o próprio governo Lula, a exemplo do Ministro da Defesa, o filho de usineiro José Múcio Monteiro. Enquanto o Governo Federal anuncia o maior Plano Safra da História, nega aos camponeses e indígenas o direito a suas terras. A milícia rural Invasão Zero, criada em 2023 na Bahia foi responsável pelo assassinato da liderança indígena Nega Pataxó. É preciso erguer tribunais populares para julgar os crimes da burguesia contra os camponeses, indígenas e apoiadores.

Exigimos, junto com o comitê, que a reitoria da UFPE se posicione publicamente contra a tentativa de assassinato de uma estudante e preste apoio aos estudantes e camponeses ameaçados.

Viva a autodefesa dos oprimidos! Viva a revolução agrária!






NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XX - Setembro de 2024
☎ (11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org
@massas.por | anchor.fm/por-massas



Pernambuco

Direção do sindicato dos metroviários colabora com privatização ao induzir trabalhadores a assinarem “Acordo Coletivo Especial”

No dia 01 de outubro, foi realizada a assembleia dos metroviários tendo como pauta principal o “Acordo Coletivo Especial” (ACE), com cláusulas de pretensa proteção aos empregos em caso de privatização. A direção sindical, hegemônica pelo PCdoB, compareceu com camisetas defendendo o ACE e o presidente já abriu o ponto propondo apenas duas falas da categoria a favor e 2 contra. Comparecemos com a banca de materiais e distribuição do Boletim Nossa Classe. Solicitamos a fala e pelo respeito que conquistamos na categoria, pela luta contra a privatização, conseguimos expor nossa defesa contra o ACE. O presidente do sindicato, após a fala nos atacou, acusando de interferência na categoria, deu um sermão respondendo também ao Boletim.

Os trabalhadores que se inscreveram contra o ACE tratavam mais da regressão da redação agora apresentada em relação à proposta inicial da categoria. Não se colocavam pela recusa total do ACE. A fala favorável foi de José Inocêncio, ex-dirigente sindical também do PCdoB, que na greve de 2023 contra a privatização passou a representar a empresa nas negociações. Seu conteúdo foi que a privatização vai acontecer e que a atual versão do ACE de fato é pior. Anunciou também que Lula se comprometeu em não estadualizar/privatizar se não garantir os empregos. Aí está o pulo do gato. A assinatura do ACE servirá como máscara de proteção aos trabalhadores. Uma grande farsa, uma vez que o acordo deve ser assinado em outubro de 2024 e terá validade de dois anos. Trata-se de uma capitulação à privatização. Segundo o presidente o prazo até 2026 é bom, pois ainda será a presidência de Lula e ele pode ser renovado por mais dois anos. Os sindicalistas e advogados repetiram que assinar o ACE não significa deixar de lutar pela retirada da CBTU do Plano Nacional de Desestatização (PND). Infelizmente a maioria da categoria votou em favor do ACE, com 34 votos contra e 4 abstenções. Foram cerca de 100 votos a favor, não sabemos o número preciso, pois não se atendeu ao pedido de contagem. A luta contra a privatização torna-se ainda mais difícil, com a categoria desacreditada.

É preciso organizar uma fração classista entre os metroviários para que os trabalhadores recuperem a confiança nas suas próprias forças e nos métodos de luta. Não podemos aceitar a privatização da CBTU e a destruição dos empregos.

Nota do Boletim Nossa Classe - metroviários

Não há tempo a perder: erguer a luta contra a privatização

O plano privatista do governo federal segue a todo vapor. A CBTU permanece no Plano Nacional de Desestatização (PND), na página do BNDES constam as etapas da privatização, com edital em 2025 e leilão em 2026. O acórdão do 1877/2024 do TCU é uma peça de justificativa da privatização. Relata o sucateamento e iminente colapso, mas em vez de exigir do governo federal que libere os recursos para reparação e expansão, recomenda que se faça como em BH, que o MetroREC seja estadualizado e que o governo federal deposite o montante de R\$2,7 bilhões em uma conta condicionada à concessão a um parceiro privado.

Enquanto a privatização vai sendo preparada pelo governo, a direção do Sindmetro não organiza a luta. Em março, comunicados do sindicato diziam que a retirada da CBTU e Trensurb do PND seria oficializada “no máximo em abril”. Uma grande mentira. No Boletim Nossa Classe de abril dissemos que quem semeia ilusão, desarma o trabalhador. A desilusão anda de mãos dadas com o desânimo. A consciência sobre os ataques, pelo contrário, nos dá firmeza para escolher as ações mais ajustadas ao nosso objetivo, de impedir que o metrô seja privatizado e os metroviários percam seus empregos e direitos.

A direção da CBTU tem divulgado a possível concessão do Metrô do Recife à iniciativa privada. O que faz a direção do sindicato? Convoca à categoria à luta, exige das centrais e sindicatos que criem um forte comitê para barrar esse ataque? Não, diz que vai processar a CBTU por espalhar “boatos”.

Outra ilusão é a de que o Acordo Coletivo Especial vai proteger os empregos e direitos. Esse direcionamento demonstra a capitulação perante a privatização e a negociação de algumas migalhas, como a garantia do emprego por dois anos. Emprego não se negocia, se defende com luta. Não é hora de desistir. Os metroviários têm um papel de linha de frente na defesa desse patrimônio que pertence a todo o povo.

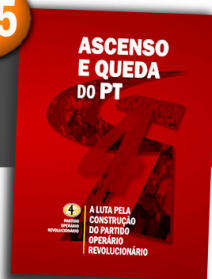
O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato convoque a criação de um Comitê democrático e de luta contra a privatização do Metrô, conforme a deliberação da categoria na assembleia de 06 de fevereiro. Que as Centrais, sindicatos e movimentos sociais se engajem nessa luta. Precisamos retomar os métodos de ação direta, as greves, ocupações, bloqueios e grandes marchas contra o sucateamento e a privatização do metrô.

Adquira com o distribuidor:

R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário



Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Fala na Assembleia

Boa noite, companheiros e companheiras. A gente já há um tempo acompanha as lutas aqui da categoria, apoiando a luta contra a privatização. A gente está aqui com o Boletim Nossa Classe. Ele tem alguns pontos que a gente considera muito importantes nesse momento. Um, as ações de solidariedade ao que está acontecendo no mundo, contra as guerras. Tem tudo a ver. Porque querem privatizar também para beneficiar o imperialismo. Outra questão é dos camponeses da Mata Sul. Vocês viram que balearam até uma estudante da UFPE. Então a gente queria pedir o apoio dos metroviários, aos posseiros da Mata Sul e também aos estudantes que foram baleados, no município de Jaqueira.

A luta contra a privatização, por mais que os metroviários estejam na linha de frente, é de todo o povo, a gente queria aqui trazer a nossa contribuição também a esse debate. A gente vê que é muito importante nesse momento cerrar fileiras, fazer um comitê de luta pra tirar a empresa do PND. Não dá para a gente aceitar a privatização desse patrimônio do povo. E a gente vê com preocupação a questão do Acordo Coletivo especial porque não pode ser uma aceitação da privatização. Ainda mais com uma troca da

estabilidade que os companheiros têm por dois anos só a partir da assinatura do acordo. Dois anos a partir da assinatura do acordo é até 2026 se ele for assinado esse ano.

Não é nem o tempo da privatização. Então acaba protegendo mais a empresa, a privatização, do que o próprio trabalhador. A gente sabe que a decisão vai ser de vocês. Mas a gente está aqui para se colocar à disposição para construir esse comitê de luta para tirar a empresa do plano nacional de desestatização.

Se em 2022 a gente estava aqui com umas 700 pessoas para lutar porque Bolsonaro e Paulo Câmara queriam privatizar, estatizar e desestatizar a empresa, a gente tem de usar a mesma linguagem agora. Não é porque é Lula que a gente não vai fazer isso. A gente se coloca que há disposição para lutar contra a privatização do metrô.

O metrô não pode ser privatizado. E emprego não se negocia. Emprego se defende com luta. Porque o emprego é a vida do trabalhador. A gente está aqui para chamar a atenção de que esse acordo não vai proteger a categoria não. Ele vai preparar o terreno para a privatização. Toda força à luta. Vamos usar os métodos de ação direta. As greves, ocupações e bloqueios. Força na luta, camaradas.

Política Operária - Pernambuco (Reproduzimos parte do Boletim Nossa Classe)

Nenhuma ilusão nas eleições burguesas! VOTE NULO!

Defender emprego a todos, salário mínimo vital, saúde e educação pública, moradia e direitos, por meio da ação direta, das greves e manifestações!

A classe operária e demais explorados estão sendo bombardeados nos meios de comunicações pelas promessas e mentiras de todos os candidatos e partidos burgueses nas eleições municipais. No Recife, João Campos (PSB) juntou em sua base desde a direita, como o União Brasil até a centro-esquerda, como o PT e PCdoB. As candidaturas do PSOL, mesmo criticando João Campos, estão alinhadas com o governo Lula, que tem mantido as contrarreformas, salário mínimo de fome, arrocho salarial do funcionalismo e criminalizou as greves do IBAMA e INSS. Partidos mais à esquerda, fazem promessas maiores e misturam com fraseologias revolucionárias, mas acabam reforçando as ilusões de que um governo dos trabalhadores ou um poder popular poderá sair das eleições burguesas. A ilusão nas eleições é cultivada por sindicalistas adaptados à política burguesa, o que freia a luta independente da classe operária e demais trabalhadores.

Frente à ausência de candidaturas revolucionárias nestas eleições e à impossibilidade de impor por meio da ação direta das massas, nossas candidaturas e nosso programa revolucionário, chamamos as massas exploradas a VOTAREM NULO, em defesa da independência política e da construção do Partido Operário Revolucionário. Chamamos a lutar sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, pela constituição do governo operário e camponês. Para isso, devemos exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo Lula e a política eleitoreira e convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral, para defender os empregos, salários e direitos.

Para colocar fim ao desemprego: Lutemos pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, pela divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados, aptos ao trabalho. Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e pelo fim da terceirização. Colocar abaixo as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização.

Para colocar fim a fome e a miséria: lutemos por um salário

mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias, calculados pelos próprios trabalhadores. Combater as demissões e o fechamento de fábricas com a greve, com a ocupação de fábricas e implantando o controle operária da produção. Lutar pela estatização sem indenização aos capitalistas, sob o controle operário das fábricas e demais setores da indústria. Fim do pagamento da dívida pública ao capital financeiro e de todos os acordos com imperialismo.

Por uma frente única anti-imperialista contra as guerras de dominação

Em outubro, se completa um ano da escalada genocida de Israel. Mais de 40 mil palestinos foram assassinados, cerca de 19 mil eram crianças. Casas, escolas e hospitais foram destruídos. O acesso de água, alimentos, energia elétrica e medicamentos está bloqueado, o que amplia as mortes por causa da fome e doenças. Milhares de crianças são amputadas, sem anestesia. O terrorismo de Israel, que oprime os palestinos há mais de 70 anos, atinge também outros países do Oriente Médio. Na noite de 30 de setembro, Israel invadiu o Líbano por terra, depois de dias de bombardeios. Dois adolescentes brasileiros estão entre as centenas de vítimas fatais. Por trás da carnificina, está a ação do imperialismo que lucra com os negócios da indústria de armas e o controle das riquezas naturais da região, como o petróleo. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia persiste e crescem as tensões entre Estados Unidos e a China.

O Boletim Nossa Classe defende o internacionalismo proletário. Que as centrais e sindicatos ergam a frente única anti-imperialista pela autodeterminação da Palestina, contra as guerras de dominação.

Pelo fim das guerras na Faixa de Gaza e na Ucrânia! Pelo imediato cessar-fogo de Israel no Líbano!

Solidariedade aos posseiros do Engenho Barro Branco no município de Jaqueira – PE

Pistoleiros da agropecuária Mata Sul aterrorizam camponeses e atiram em estudantes apoiadores da causa

No dia 28 de setembro, 50 pistoleiros da Agropecuária Mata Sul, de Guilherme Maranhão, com a proteção de policiais, cercaram os posseiros do Engenho Barro Branco. Diante da resistência dos camponeses e apoiadores, abriram fogo com munição letal. A estudante Ana Cecília, do curso de Pedagogia da UFPE, do Comitê de Apoio aos Posseiros, foi baleada no pé, assim como dois camponeses.

A região tem sido palco de muitas violências. No dia 18 de setembro, uma agente pastoral da CPT foi sequestrada, agredida e ameaçada de morte, em Palmares. Em 2022, o menino Jonatas, de apenas 9 anos, filho de uma liderança camponesa, foi assassinado por homens encapuzados, dentro de casa, no Engenho Roncadorzinho, em Barreiros.

O Engenho Barro Branco integra a massa falida da Usina Frei Caneca, que acumula dívidas com os trabalhadores e a União. Porém, o Estado oligárquico protege os latifundiários e permitiu a concessão das terras à Agropecuária Mata Sul de Guilherme Maranhão. Seguranças privados agem como pistoleiros. As 300 famílias que lá vivem, algumas há mais de 100 anos, sofrem como ameaças de morte, envenenamento e contaminação de águas, despejo de agrotóxico, destruição de plantações, instalação de cercas elétricas e outros crimes.

Segundo o relatório Conflitos no Campo 2023, da Comissão Pastoral da Terra, o município de Jaqueira ocupa o sétimo lugar, no Brasil, em número de conflitos agrários, sempre com a ajuda do poder público.

O Boletim Nossa Classe defende que todos os sindicatos, centrais sindicais e movimentos manifestem sua solidariedade aos posseiros. Que as terras sejam expropriadas, sem indenização. Os “donos” a obtiveram roubando dos povos originários, com base na escravidão e com a exploração do trabalho alheio, sempre com a ajuda e cumplicidade do poder público. A terra deve ser entregue a quem nela vive e trabalha.

Defendemos a revolução agrária e a aliança operária e camponesa. Que os crimes dos pistoleiros, policiais e latifundiários mandantes sejam julgados por um tribunal popular.

São Paulo

Intervenção do POR na manifestação contra a privatização

Manifesto do POR distribuído na agitação contra a privatização

Pela constituição de comitês de luta em defesa da educação pública. Contra a privatização das escolas, do metrô, da CPTM, da Sabesp e demais serviços públicos. Contra o fechamento das salas de aula do EJA, do período noturno. Contra as escolas cívico-militares e o NEM. Fora a PM das escolas! Defesa da escola pública, laica, gratuita, sob o controle de quem trabalha e estuda! Pela estatização, sem indenização do sistema de transporte privado, sob o controle dos trabalhadores e da população

Esse ato contra a privatização é um importante passo para organizar a luta nacional, constituindo comitês de luta nos bairros, escolas, fábricas e no campo, para colocar abaixo a política privatista do governador ultradireitista de Tarcísio e dos demais governadores, que contam com o financiamento do governo burguês de Lula/Alckmin, através do BNDES. Os governadores de direita e ultradireitistas têm avançado com a privatização das escolas, metrô, trens, presídios etc. No Paraná, o governador Ratinho Jr. autorizou a venda inicialmente de 204 escolas. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas anunciou o leilão de privatização para novembro de 33 escolas estaduais. Em Minas Gerais, o governador Zema (Novo) implantou o programa “Somar”, que transfere a gestão escolar do governo para organizações da sociedade civil (OSCs), que controlam os recursos financeiros, inclusive, o processo de ensino e aprendizagem. Tarcísio tem avançado também o ataque aos trabalhadores do metrô, da CPTM e da Sabesp, terceirizando setores e demitindo vários trabalhadores. Privatizou as linhas 8, 9 e 7 e já indicou a licitação para a privatização das linhas 11, 12 e 13 para dezembro de 2024.

Os trabalhadores do Metrô e da CPTM demonstraram grande disposição de luta quando houve as greves de outubro e novembro. A burocracia sindical abandonou a defesa da greve, o método da ação direta e passou a entrar com ações na justiça burguesa, que só tem levado a derrotas. O sindicato dos metroviários de São Paulo, dirigido pela Corrente Resistência/PSOL, PSTU, PCdoB, fez todo tipo de manobras, juntamente com a burocracia mafiosa

dos ferroviários de São Paulo para impedir a greve unificada e por tempo indeterminado, única forma de derrotar o plano privatista de Tarcísio. Agora, frente as eleições municipais, que são o campo de disputa da burguesia, os dirigentes sindicais que não cumpriram com seu papel de defender por meio da ação direta os empregos, salários e direitos, estão em campanha eleitoral, prometendo de forma demagógica e descarada defender os trabalhadores.

A classe operária e demais trabalhadores devem rechaçar a política de conciliação, oportunista e eleitoreira dessas correntes e partidos que se dizem “socialistas”, mas que na prática se propõe a administrar o Estado burguês e manter, assim, o sistema de exploração capitalista.

Todo apoio à greve dos trabalhadores do INSS

Abaixo a perseguição e criminalização do governo burguês de Lula à greve dos trabalhadores federais. Direito irrestrito de greve e manifestações. Devemos exigir que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral.

Posição diante das eleições municipais

Diante das eleições municipais controladas pelo poder econômico, chamamos os explorados a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas! No dia 06 de outubro VOTE NULO. Digite 00 e OK. Defender os empregos, salários, moradia, terra, saúde e educação pública por meio da greve, da ação direta! A tarefa colocada é a de expropriar a burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de nosso próprio governo, operário e camponês. Alertamos a classe operária e demais explorados de que - diferentemente do que afirmam partidos como o PCO, PSTU,

UP, PCB e outras correntes políticas – por meio de eleições não se chega ao socialismo, votando neste ou naquele candidato que se diz “socialista”. Deixamos claro que somente expropriando a burguesia do poder por meio de uma revolução social, destruindo o capitalismo a nível mundial, será possível chegar ao socialismo. Frente à ausência de candidaturas revolucionárias nestas eleições e à impossibilidade de impor por meio da ação direta das massas nossas candidaturas e nosso programa revolucionário, o POR chama as massas exploradas a VOTAREM NULO, em defesa da independência política e da construção do Partido Operário Revolucionário. Chamamos a lutar sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, pela constituição do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações, manifestações e bloqueios, como preparação da greve geral!

Pronunciamento do POR

Boa noite, camaradas, companheiros aqui presentes no segundo o ato contra as privatizações. O Partido Operário Revolucionário chama todos os trabalhadores, estudantes, a participar do comitê de luta contra as privatizações, a organizar a luta contra a privatização do metrô, da Sabesp, da CPTM. Também contra as privatizações das escolas, contra o fechamento de salas de aula e contra as escolas cívico-militares, que é o projeto do governador ultradireitista de Tarcísio de Freitas juntamente ao prefeito Ricardo Nunes, apoiados pela ultradireita.

Mas é importante deixar claro que as privatizações é um plano da burguesia. Existe uma ofensiva geral da burguesia contra o serviço público. Aqui em São Paulo está sendo conduzido pelo ultradireitista Tarcísio, mas conta com o apoio do governo burguês de Lula, que está financiando as privatizações, as PPPs, que são para entregar as estatais, os metrô e a CPTM para o capital privado.

A experiência tem mostrado que a privatização só beneficia o capital financeiro, só beneficia os empresários. Nós temos muitos exemplos: a Enel, que foi privatizada, e o que aconteceu foi o aumento da tarifa e péssimas condições de trabalho com aumento da terceirização; o mesmo passou com a privatização das linhas 7, 8 e 9 da CPTM, e o governador já indicou a licitação da privatização das linhas 11, 12 e 13.

Por isso, camaradas, o Partido Operário Revolucionário faz o chamado a todos os trabalhadores da necessidade de constituir comitês de

luta, nos bairros, nas fábricas e nas escolas, para colocar abaixo a política privatista do governador Tarcísio, e também do governo burguês de Lula. É uma luta de toda classe.

A luta contra a privatização é uma luta de todos os trabalhadores, porque a privatização afeta os trabalhadores do transporte e afeta todos os trabalhadores. Por isso, a classe operária, os estudantes, os camponeses, todos os explorados, devem tomar em suas mãos a luta contra a privatização.

É necessário, camaradas, constituir uma Frente Única de Luta nacional e exigir que as centrais sindicais, os sindicatos e os movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Luta como preparação de uma greve geral, porque será por meio da ação direta que colocaremos abaixo as reformas antioperárias, a privatização e todas as medidas contra a classe operária.

Nós estamos vendo agora nas eleições todos os partidos, todos os candidatos burgueses, reformistas, pequeno-burgueses fazendo promessas de que melhorarão a vida dos trabalhadores. Tudo mentira, companheiros! Todos os partidos da burguesia, seja do PT, da frente ampla do governo Lula, seja da ultradireita, todos esses partidos falam que vão melhorar a vida dos trabalhadores agora nas eleições, mas todos, votaram a favor de um salário mínimo de miséria de R\$ 1.412,00. E nós sabemos que é impossível viver com esse salário. Esses partidos votaram a favor da reforma trabalhista, da reforma da Previdência, a lei da terceirização. Estão todos juntos para atacar os trabalhadores.

Por isso, é necessário organizar a luta independente da classe operária. É necessário que a maioria explorada dos trabalhadores não tenha nenhuma ilusão nas eleições burguesas. A eleição burguesa é um campo de disputa da burguesia. O campo de luta dos trabalhadores, da classe operária, é o método da luta de classe, é a defesa das reivindicações por meio da ação direta, das manifestações, da ocupação de fábrica e bloqueios. Não podemos ter nenhuma confiança nos partidos da burguesia, nos partidos reformistas, que estão tentando, mais uma vez, enganar os trabalhadores. Devemos acreditar em nosso método próprio de luta, que são as greves, as manifestações. Devemos lutar para colocar abaixo o capitalismo, para destruir o capitalismo por meio de uma revolução social. Constituir o nosso próprio governo, o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, porque será com a classe operária e demais explorados no poder que poderemos conquistar as reivindicações. Por meio das eleições não se consegue emprego a todos, não consegue salário mínimo vital suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. E também não é possível conquistar as moradias e terras para todos os trabalhadores.

Boletim Nossa Classe- São Paulo (publicamos abaixo três notas do Boletim)

Metalúrgicos de São José dos Campos

Operários da Avibras rejeitam proposta de lay-off!

Embraer há oito anos não assina convenção coletiva!

Oito grupos patronais não assinaram acordo de reajuste!

Que o sindicato convoque assembleia geral já para unificar a luta!

Em assembleia realizada no dia 14 de setembro, o sindicato metalúrgico de São José dos Campos, ligados a Conlutas/PSTU, colocou em votação e foram aprovadas oito propostas de convenções coletivas. Para os demais grupos que não apresentaram propostas a direção aprovou o aviso de greve, dividindo e deixando os demais grupos isolados para fazer a luta. Sabemos que a força da classe operária está na sua luta unificada e que a divisão dos metalúrgicos em vários grupos só interessa aos patrões.

A burocracia sindical não organizou a luta nem mesmo para conquistar a proposta de reajuste encaminhada aos patrões de

10,5%, e ainda apresentou como uma vitória, as propostas oferecidas pelos oito grupos patronais que variam entre 4,91% a 5% de reajuste, muito abaixo da inflação real do período. Todo ano é a mesma história, os patrões concedem reajustes de 4% ou 5% com uma mão, e com a outra, tiram 10%, 20%, ou 30% do poder de compra de nossos salários, ao aumentar o preço dos alimentos, produtos e serviços que necessitamos para viver.

Os operários devem rechaçar a política divisionista e de conciliação da burocracia sindical e defender uma campanha salarial unificada, com pauta única de reivindicações e a convocação de

uma assembleia geral para organizar a luta em defesa da reposição integral da inflação mais aumento real, por um salário mínimo vital, um piso salarial que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias; contra o fechamento da Avibras e o pagamento

imediatos dos salários atrasados dos operários; pela ocupação da Avibras e sua estatização, sem indenização, sob o controle operário da produção.

Embraer: operários denunciam baixos salários!

O vídeo de um operário da Embraer viralizou nas redes sociais. No vídeo o operário declarou “para complementar o salário que é muito baixo na Embraer, a saída que eu encontrei foi vender no semáforo. Fui no Tenda, comprei uma caixa de Halls e uma de paçoquinha e fui vender. Outro operário da Embraer também gravou um vídeo denunciando que “trabalhar na Embraer sempre foi sinônimo de bons salários. Hoje não. O convênio médico da Embraer era um dos melhores do país. A convenção coletiva da Embraer era a melhor do país. Hoje é tudo o contrário. A PLR é a pior do Estado de São Paulo. A Embraer está há oito anos sem convenção coletiva, que significa retirada de direitos dos trabalhadores e a política salarial é uma desgraça, porque hoje tem trabalhador que entra na Embraer, fica 2 ou 3 meses e sai para trabalhar de UBER, porque diz que no UBER ele ganha mais.

Nós sabemos de relato de trabalhadores que trabalham na Embraer e voltaram para o comércio porque dizem que recebem mais. Hoje na Embraer a maioria dos trabalhadores estão fabricando aviões recebendo em média 1 salário e meio a 2 salários mínimos. Isso é muito pouco para quem faz aviões e lida com a segurança de voos. Os baixos salários e a redução de direitos não acontece apenas na Embraer. É um problema generalizado e só acontece porque os patrões estão contando com a ajuda das direções sindicais traidoras dos metalúrgicos de São José dos Campos, de São Paulo, do ABC etc. O piso salarial na GM de São José dos campos, por exemplo, é de R\$ 2.226,66. Na Mercedes, na Volks e demais empresas não é diferente.

É urgente a tarefa de expulsar a burocracia vendida e resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

Formação política do Nossa Classe

A política reformista e a revolucionária nos sindicatos

A política reformista e a revolucionária também se manifestam e se contrapõem no interior dos sindicatos. A política reformista se apoia nos limites do economicismo reivindicativo, ou seja, se limita a reivindicar por exemplo, a cada ano na campanha salarial o reajuste do INPC mais 1 % ou 2% de reajustes, que não cobre a inflação real e que mantém o regime de exploração da força de trabalho. A política revolucionária, por sua vez, parte das reivindicações econômicas como aumento de salários e direitos, como base para as massas avançarem rumo ao objetivo de destruição do capitalismo e a construção do socialismo.

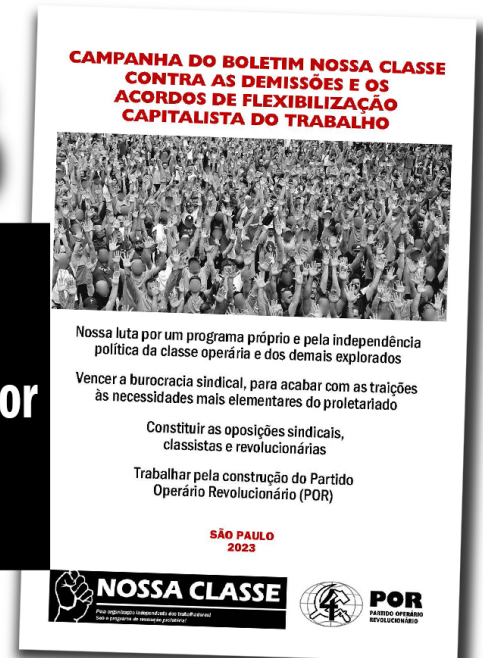
Eis por que para os marxistas os sindicatos têm de cumprir um papel auxiliar do partido na revolução proletária. Opostamente, para o reformismo, os sindicatos funcionam como auxiliares dos partidos adaptados ao capitalismo e ao regime democrático burguês. O reformismo e as variantes direitistas do sindicalismo combatem o marxismo apoiados nos limites economicistas. Via de regra apregoam o apoliticismo e o falso conceito de neutralidade dos sindicatos. O reformismo serve de corria de transmissão da ideologia da classe burguesa contrária à doutrina da luta de classes e das transformações sociais.

As correntes antimarxistas fatalmente levam os sindicatos a dependerem do Estado e dos partidos capitalistas. Quando a greve se torna inevitável, procuram imprimir-lhe um caráter pacífico; procuram evitar que se potencie como força social revolucionária. Utilizam da tática da divisão, jogam com o tempo, contam com as medidas repressivas; apoia-se nos camaradas mais despolitizada contra os piquetes. O papel das direções reformistas é o de impedir que o confronto de classe contra classe se imponha e se agudize.

O POR, através do Boletim Nossa Classe trabalha para impulsionar a luta de classe contra classe, ligando a luta pelo programa próprio de reivindicações à estratégia da revolução e ditadura proletariada.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:



O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

São Paulo - ABC

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Volkswagen de São Bernardo do Campo

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Volkswagen, em setembro, um operário ao descer do ônibus para iniciar seu turno, e notando a entrega do Boletim, se aproximou, pegou o material e comentou que a Comissão de Fábrica na Volks está cada vez pior, pois sempre que um operário faz alguma crítica sobre os ataques da Volks, da chefia, ou mesmo da própria burocracia sindical, tem uma resposta pronta. Diz que tudo está nos acordos aprovados em assembleias pelos operários, e que, portanto, a comissão de fábrica nada pode fazer. Coloca, assim, a culpa nos operários. É a velha tática da burocracia sindical para não organizar a luta. O que a burocracia sindical não fala é que eles acabaram com a democracia operária no sindicato. As assembleias estão completamente burocratizadas e são feitas somente para impor as pautas já acordadas com a própria empresa e sem chance dos operários e correntes de oposição se expressarem e apresentarem suas propostas para serem votadas.

Os dirigentes sindicais constantemente estão traindo a classe operária, negociando acordos de flexibilização do trabalho, como a terceirização, PDVs, lay-off, banco de horas etc. É a mesma política traidora e burocrata da maioria dos dirigentes sindicais, em todas as fábricas no ABC, em São Paulo, em São José dos Campos e demais regiões do país. Isso acontece porque a burocracia sindical se transformou em uma correia de transmissão da política burguesa no seio do movimento operário. Não defende as reivindicações e o método de luta próprio da classe operária, que são as greves, a ação direta. Passou a utilizar os sindicatos como trampolim político, para ingressar na política eleitoral burguesa, seja como candidatos, assessores, ministros e outros. A burocracia traidora, portanto, trava todas as lutas da classe operária, que busca se defender dos ataques diários feito pelos patrões.

Diante dos ataques constantes dos patrões à classe operária, nós do POR, chamamos os operários a tomarem em suas mãos a

luta pela formação de oposições dentro das fábricas. Devemos ter claro que os burocratas além de não organizarem a luta em defesa dos empregos, salários e direitos, ainda por cima atuam como agentes infiltrados dos patrões dentro das fábricas, entregando e perseguindo os operários para serem demitidos. Portanto, as oposições, as comissões de fábrica classistas e revolucionárias devem ser construídas de forma sigilosa, para evitar as perseguições aos operários. É com o objetivo de proteger e não expor os operários que percebem dia após dia que sem luta a situação somente irá piorar, que o POR e o Boletim Nossa Classe vêm realizando os Encontros Operários mensalmente, para que de forma coletiva possamos construir os caminhos para a retomada das comissões de fábricas e sindicatos para a real luta em defesa da classe operária, em defesa dos empregos, salários e direitos. Trata-se da luta em defesa da democracia operária nos sindicatos, com direito a oposição e voz para todos os operários e correntes políticas de oposição que estejam atuando no movimento operário.

Concluimos a agitação chamando os operários e operárias da Volks a se colocarem contra as guerras de dominação, se posicionarem energeticamente contra o genocídio do povo palestino e os ataques no Líbano pelo Estado assassino de Israel. Pela retirada imediata e incondicional do exército sionista de Israel da Palestina e do Líbano. Por uma República socialista Palestina!

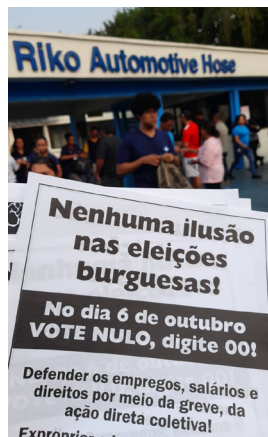
Chamamos a classe operária e demais explorados a não terem nenhuma ilusão nas eleições, nenhuma confiança nos partidos burgueses. A VOTAREM NULO, em defesa da independência de classe e pela construção do Partido Operário Revolucionário. Acreditar apenas em nossos próprios métodos de luta, que são as greves, a ocupação das fábricas, manifestações e bloqueios de avenidas, para defender os empregos, salários e direitos!

Minas Gerais

Panfletagem do Boletim Nossa Classe em fábricas de Minas Gerais

O Partido Operário Revolucionário e diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna e região realizaram uma ação de panfletagem, com agitação usando carro de som, em fábricas de Itaúna e Juatuba, na Saint-Gobain, Fundação Sideral, Proma e Sumitomo Riko Automotive Hose. Na atividade, foi distribuído o Boletim Nossa Classe contendo o posicionamento em favor do voto nulo nas eleições burguesas municipais, colocando a necessidade de organizar a classe operária em defesa de suas reivindicações, com seus métodos próprios de luta e no campo da independência de classe.

A seguir, transcrevemos a fala do companheiro em frente ao portão de uma das fábricas:



Diante da escalada de assassinatos na Palestina e diante da guerra na Ucrânia - que ninguém fala nada, como se nada estivesse acontecendo - nós chamamos a classe operária a não acreditar nas ilusões que são colocadas pelas candidaturas postas. Não é com eleição que vamos resolver os nossos problemas. Só vamos resolver nossos problemas com a luta, com organização e com os métodos próprios da classe operária. Não podemos aceitar que a burguesia, os patrões, continuem dando as ordens. É necessário que a gente se organize, é com as nossas próprias forças que podemos mudar a vida e os rumos do nosso país.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Notas do Boletim Nossa Classe

Trabalhadores dos Estados Unidos, Alemanha e Argentina vão à luta em defesa dos empregos, salários e dos serviços públicos

Esse é o caminho para enfrentar os planos antioperários e antipopulares dos capitalistas e dos governos

Greve dos Estivadores nos Estados Unidos

Por três dias, os estivadores da costa leste nos Estados Unidos paralisaram os portos. A greve iniciou no dia 1º de outubro e tinha duas reivindicações centrais: defesa dos empregos e reajuste salarial. As direções sindicais, diante do descontentamento dos trabalhadores e dos impasses nas negociações com o patronato, recorreu a greve. Esta foi a primeira greve desde 1977.

Durante a greve, estivadores levantaram cartazes dizendo que “automação prejudica famílias”. “Não adaptaremos a robôs tomando nossos empregos.” Para os capitalistas, a automação (uso de robôs nos portos) significa menos trabalhadores, portanto, menos custos mensais. As direções sindicais, por sua vez, diziam que não querem o fim da automação, mas sim o direito de participar na sua utilização. Admitiam que a reivindicação era legítima, embora a mão-de-obra humana sempre será necessária, no entanto, cada vez menor.

Por outro lado, os estivadores têm em mãos um dado concreto: automação eliminou 572 funções de tempo integral nos portos de Long Beach e Los Angeles em 2020 e 2021. E foram à greve porque querem a manutenção dos empregos.

Nesses três dias de greve, 45 mil estivadores paralisaram a operação de 36 portos do país, por onde passam todo tipo de mercadorias. Apesar da disposição de luta, a direção sindical suspendeu a greve, aceitando o chamado “acordo de princípio” sobre os salários e a prorrogação de contrato até 15 de janeiro do próximo ano, quando retomarão as negociações.

Como se vê, a política da direção sindical não é a de ir às últimas consequências na defesa da estabilidade de todos os estivadores e da recuperação salarial. Tudo indica que utiliza a greve apenas como pressão para negociar algumas migalhas com o patronato. Os burocratas dos sindicatos no Brasil não fazem senão copiar a política conciliadora e pró-patronal do sindicalismo norte-americano. A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de recuperar os sindicatos para a luta. Sem os métodos próprios de luta da classe operária, não será possível impor a defesa dos empregos.

Multinacional alemã anuncia o plano de demissões

Defender os empregos por meio da luta direta

A multinacional alemã Volkswagen anunciou o seu plano de cortes de gastos: demissão e fechamento de fábricas. Alega a transição para os carros elétricos, a baixa demanda e a concorrência com os carros chineses. Assim, comunicou o fechamento de duas fábricas na Alemanha, entre elas está a tradicional fábrica, localizada em Wolfsburg. Trata-se de uma drástica medida, que ocorre pela primeira vez nesses 87 anos da Volks. Além disso, anunciou que fará revisão nos acordos pactuados com os 680.000 metalúrgicos, que têm em todo mundo. Como se vê, a filial brasileira não escapará desse plano.

Os 25 mil metalúrgicos em assembleia na sede da empresa, em Wolfsburg, protestaram contra os cortes e entoaram palavras de ordem, como “nós somos a Volkswagen”, diante do dirigente financeiro da multinacional. A direção sindical prometeu realizar greves e disse que não deixará de lado a reivindicação de reajuste salarial. O governo alemão, por sua vez, informou que chegou a fazer um acordo para reduzir impostos, visando aumentar a demanda por carros elétricos. No entanto, a montadora insiste em colocar fim a um acordo com o sindicato, que garantia a estabilidade no emprego nas seis fábricas, justificando que era preciso pôr fim a esse “pacto” para reduzir gastos.

No dia 25 de setembro, a direção sindical, que há muito vem negociando com a montadora, convocou uma manifestação contra as medidas da multinacional, reunindo mais de 3000 metalúrgicos da Volks em Hanover-Herrenhausen. Anunciou que “greves de advertências” poderão ocorrer a partir de 1º de dezembro, “um dia antes do término da cláusula de paz do acordo coletivo de trabalho que foi rescindido”. Refere-se ao acordo que está em vigor desde 1994, que prevê a estabilidade no emprego.

As direções sindicais, incluindo as do Brasil, diante desse plano destruidor de empregos da Volks, devem convocar assembleias e aprovar a greve. As greves de advertências não têm a força necessária para garantir o acordo de estabilidade, nem exigir a reposição salarial. O fechamento de fábricas na Alemanha e os cortes de gastos nas fábricas em outros países, como no Brasil, atingirão milhares e milhares de metalúrgicos. A política de conciliação de classes praticada pelos burocratas mostrou sua incapacidade de remover o plano geral da multinacional. Daí a necessidade de pôr em marcha os métodos próprios da classe operária, que são as greves e ocupação de fábricas prestes a serem fechadas e sua estatização, sob o controle operário.



Estudantes, professores e trabalhadores em geral protagonizaram gigantesca manifestação contra as medidas do governo Milei, na Argentina

No dia 2 de outubro, milhares de manifestantes ganharam as ruas em Buenos Aires e outras cidades argentinas. O protesto se deveu ao veto de presidente ultradireitista Milei contra a lei aprovada no Congresso Nacional que aumenta o orçamento destinado à Universidade pública.

A política de cortes e privatização de Milei tem provocado greves e manifestações. Essa envolvendo estudantes, professores e trabalhadores em geral levantou as bandeiras de fim dos planos do governo, que recaem sobre os serviços públicos, entre eles as universidades, impõem eliminação de direitos trabalhistas e condenam milhões a fome e a miséria. Não por acaso, 55,5% da população argentina se encontra em situação de pobreza.

O Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, interveio



no protesto. Publicamos, neste jornal, na seção internacional, o seu Manifesto de convocação da manifestação do dia 2 de outubro.



São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na Audiência Pública contra o fechamento de salas e perseguição política

No dia 25/09, o Deputado Gianazzi/ PSOL convocou uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa e convidou professores, funcionários e estudantes de algumas escolas que lutam contra o fechamento de salas e da EJA. No caso da escola Décio, que vem travando um combate à política de Tarcísio/Feder e do dirigente de ensino, o convite se deu também pela perseguição política e a ação da polícia aos estudantes dentro da escola. Uma boa parte do plenário foi tomado por estudantes e professores dessa escola, diretamente envolvidos na luta contra o fechamento de salas e contra a perseguição política, que levou à cessação da diretora e do coordenador.

Durante a Audiência, vários estudantes e professores narraram os acontecimentos ocorridos na escola Décio e as manifestações na Diretoria de Ensino. Expuseram a conduta da diretora (interventora) designada pelo dirigente de ensino de chamar a polícia para reprimir os estudantes no interior da escola e em suas redondezas. O coordenador Vandriego, afastado pelo dirigente, tomou a palavra para dizer que jamais pensou que poderia perder o cargo por se colocar ao lado dos professores e estudantes contra o fechamento de salas e da EJA. Militantes da Corrente Proletária fizeram uso da palavra para denunciar a política autoritária e privatizante de Tarcísio e de seus porta-vozes nas diretorias de ensino. Defendeu a importância das assembleias sindicais e

estudantis para unificar o movimento contra o fechamento de salas, bem como, o fortalecimento dos comitês de luta nos bairros, a exemplo do de São Mateus.

Na audiência, compareceram conselheiros da subseção de Cotia para denunciar a política autoritária do dirigente de Carapicuíba. Inúmeras denúncias de autoritarismo de dirigentes de ensino foram feitas por estudantes e conselheiros, envolvendo o fechamento de salas de aulas em outras regiões.

A importância da Audiência estava em poder denunciar o que se passa com a escola pública no estado de São Paulo. No entanto, o combate à política de Tarcísio não pode se limitar a Audiências Públicas e ações parlamentares. Trata-se de enfrentar com os métodos próprios dos trabalhadores para derrotar de conjunto a política direitista de Tarcísio para a educação, que não se resume ao fechamento de salas e cursos. Mas que avança para os cortes de recursos à educação e à privatização. Para isso, é preciso organizar um poderoso movimento contra o leilão de 33 escolas e 143 gestões escolares, marcado para o final de outubro, bem como a imposição das escolas cívico-militares. O que implica a convocação de assembleias sindicais e estudantis, para pôr em ação um conseqüente movimento contra a política de desmonte da educação pública.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





São Paulo - Denúncia

Pela libertação do professor Adriano Gomes da Silva

O professor Adriano Gomes da Silva está detido na Unidade Prisional de Franco da Rocha II desde 16 de setembro. Pesa sobre ele as acusações de “desacato” e “desobediência”, por ter se colocado em defesa do movimento de ocupação de moradia numa ação de despejo. Adriano se revoltou com a violência policial e agora sofre com a perseguição política.

O caso de Adriano se insere num quadro mais amplo de repressão sobre os lutadores, a exemplo de uma estudante da UFPE e camponeses baleados e agredidos em Jaqueira/PE. A burguesia, os latifundiários, a Justiça e as polícias atuam em conjunto contra

os explorados, colocando em prática a violência reacionária, tudo para preservar seus interesses de classe.

O Partido Operário Revolucionário se posiciona em solidariedade ao professor Adriano, assim como a todos os lutadores, defendendo a sua imediata libertação e retirada de todos os processos. É preciso que os sindicatos, centrais, movimentos sociais e organizações de esquerda organizem a resistência coletiva à repressão, ligando essa luta à defesa das reivindicações elementares dos oprimidos, como a defesa dos empregos, salários e direitos.

São Paulo - Denúncia

Reunião do Crece São Mateus, professores denunciam a política privatista de Nunes na educação infantil

É preciso organizar a luta nas ruas contra a rede conveniada e privada

Situação do ensino infantil

Na reunião do Crece, várias denúncias vieram à tona. Eis:

1) As CEIs conveniadas estão fazendo uso da proposta de salas multietárias para receber crianças do Infantil 1 no período integral. Ou seja, estas escolas conveniadas misturam crianças de várias idades no Fundamental 1, o que é inaceitável por conta das fases e cuidados que cada um necessita. Tudo isso para receber mais verbas da prefeitura por criança matriculada e aumentar a lucratividade do empresário;

2) As CEIs conveniadas por terem melhores equipamentos com brinquedos e materiais do que nas CEIs da rede direta, as famílias têm migrado para elas. Essa situação permitida pelo prefeito Nunes, em seu convênio de parcerias, tem levado ao fechamento de salas na rede direta e conseqüentemente o corte de professores;

3) As CEIs conveniadas contratam estagiários para ficarem no lugar de professores. Como a metragem das salas é maior, as crianças são “acomodadas” com o número máximo permitido. Portanto, as salas ficam lotadas de bebês e com apenas 1 professor. Um exemplo, é a situação do Berçário 1, que têm crianças de 0 a 18 meses. A proposta da rede direta é de ter no máximo 21 bebês para 3 professoras. No entanto, na rede conveniada tem-se 1 professor e 2 estagiárias. Fato extremamente perigoso à saúde das crianças e que é desconhecido completamente pelas famílias;

4) Por último, não existe na rede conveniada professor especialista para crianças PCDs. Ou seja, se a inclusão na rede direta deixa a desejar, na conveniada não existe.

Esses graves problemas ocorridos nas CEIs foram discutidos. O problema está em que 80% do ensino infantil estão nas mãos da rede conveniada. Essa expansão se acelerou durante a pandemia, quando Nunes aprovou o PL da rede conveniada, com a entrega de prédios e subsídios. Como não houve uma luta conseqüente do conjunto dos servidores, a rede conveniada/privada está avançando.

É preciso que os sindicatos e demais organizações de bairro organizem a luta para pôr abaixo a rede conveniada. Que levem a bandeira da estatização de todas as CEIs, sob o controle dos trabalhadores da educação e pais.

O Congresso dos trabalhadores da educação, convocado pelo Sinpeem, ocorrerá no final de outubro. Em vez de festa e palestras distracionistas, é preciso que reafirme a luta em defesa do ensino público, laico, gratuito, das creches às universidades para todos os filhos dos trabalhadores. O que implica, necessariamente, o combate à rede privada e, em particular, às redes conveniadas de educação infantil. E o caminho é a luta com os métodos próprios dos explorados. O ponto de partida são as assembleias sindicais e populares, as manifestações de rua e a greve. Trata-se, certamente, de um movimento contra os planos privatizantes da educação, que não se limitam ao governo Nunes.

São Paulo

As escolas municipalizadas por Tarcísio e Nunes destroem direitos dos professores e aumentam o desemprego

Que a Apeoesp, CPP, Sinpeem e Sinesp e Sedin convoquem uma assembleia unificada para combater plano de Tarcísio e Nunes

Tarcísio transferiu 25 escolas estaduais de Fundamental 1 para a prefeitura. Uma parcela de professores da rede estadual acreditou que essa municipalização poderia trazer vantagens. Isso por que os professores municipais têm salários maiores e mais direitos, em relação aos estaduais. Em pouco tempo, perceberam que foram

enganados. Alguns acreditaram que era possível utilizar o tempo de serviço na rede estadual e levá-lo para a escola municipalizada, para ter vantagens salariais. Na escola Orlando, que foi municipalizada neste ano, os poucos efetivos que tinham resolvido ficar na escola viram também que foram ludibriados. Não recebem as

vantagens do auxílio distância, nem do estado, nem da prefeitura. Chega ao ponto dessa “parceria estado-prefeitura” negar licenças médicas para os servidores municipalizados.

O direitoista Tarcísio conseguiu municipalizar sem que houvesse resistência. Aproveita desse imobilismo das direções sindicais para

anunciar a municipalização de mais 25 escolas no próximo ano.

Os professores classistas têm a obrigação de pressionar as direções sindicais para que convoquem, desde já, as assembleias unificadas para aprovar a luta contra a municipalização, que destrói empregos e direitos.

São Paulo

Eleições na Afuse

Carta aos Funcionários de Escola

Desde 2021, a direção da Afuse passou a usar o método virtual para realizar as assembleias, o Congresso Estadual e as eleições sindicais. A pandemia foi o pretexto para ampliar a burocratização do sindicato e afastar a maioria da categoria das instâncias de decisão. Essa gestão, que está chegando ao fim, não foi capaz de convocar nenhuma assembleia geral presencial, o que é uma afronta ao princípio da democracia sindical. Isso se deu devido à política burocrática e de conciliação de classes da direção, ligada ao PT.

No Congresso Estadual, realizado agora em agosto, a direção impediu a participação de militantes da categoria, chegando ao cúmulo da despolitização ao manipular sorteios para indicar os delegados, tudo para evitar que uma posição contrária à sua política despontasse no Congresso. Somente aqueles que seguem a cartilha da burocracia petista puderam participar. Durante esse Congresso, perpetuou-se a forma virtual para realizar as eleições sindicais.

Assim, a eleição da nova direção se dará novamente por meio de uma ferramenta que vai na contramão das necessidades dos trabalhadores. Os funcionários de escola precisam se organizar para defender seus empregos, salários e direitos. A essência do sindicato é coletiva. Nas reuniões, assembleias e congressos, os trabalhadores discutem os problemas, apontam as resoluções e votam os encaminhamentos divergentes, aprovando os métodos de luta e demais medidas para colocar em prática o que é decidido pela maioria.

A forma virtual despolitiza o funcionamento das instâncias do sindicato e aumenta o controle burocrático da direção. Os trabalhadores ficam isolados em suas casas, não se constituem como força coletiva. Perde-se de vez o vínculo com os trabalhadores de base, afastando ainda mais o sindicato de sua função, que é mobilizar os explorados para lutar por suas reivindicações. A oposição é silenciada com um simples clique de mouse.

A Corrente Proletária na Educação tem denunciado sistematicamente essa degeneração burocrática imposta pela direção. Tem demonstrado o quanto as atividades virtuais são danosas, impedindo o debate de ideias, dificultando que se forme uma oposição dentro do sindicato – vale lembrar que a discussão e a votação das divergências são condições elementares para que se realize o princípio da democracia operária.

É não é um problema que ocorre só na Afuse, outros sindicatos e centrais têm recorrido ao mesmo mecanismo, se refugiando na virtualidade. Também não é um problema isolado, comparece ao lado de outras deformações, como o governismo e o corporativismo.

Como resultado, os trabalhadores têm sido levados a inúmeras derrotas. Foi assim com a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, com a Lei da Terceirização, entre outras. Os servidores do INSS, por exemplo, estão em greve desde 17 de julho e praticamente ninguém sabe. Os Técnicos-Administrativos em Educação das federais foram derrotados em uma greve de três meses. Enfim, são muitos, lamentavelmente, os exemplos de derrotas impostas pela política conciliadora e burocrática das direções.

Primeiro, as direções não preparam devidamente as campanhas, não fazem as discussões desde os locais de trabalho, para conhecer e levantar as reivindicações. A Afuse está distante das escolas. Depois, sequer convocam as assembleias presenciais para decidir sobre as bandeiras e métodos de luta. Isolam a categoria dos outros setores. Alimentam ilusões de que é possível obter vitórias pela via da judicialização e da pressão parlamentar. Após consumada a derrota, ainda procuram responsabilizar os próprios trabalhadores, concluindo geralmente com a ideia de que é preciso esperar pelas eleições burguesas, para eleger representantes “comprometidos”. Por fim, quando chega o momento de fazer um balanço dessas experiências, como nos congressos sindicais, mutilam a democracia operária e impedem a oposição de denunciar a traição.

Essa tem sido a conduta da direção da Afuse. Por isso, a Corrente Proletária tem defendido a necessidade de construir uma oposição classista e revolucionária, para expulsar a atual burocracia e retomar o sindicato para a luta.

Nas últimas eleições para a Diretoria da Afuse, a Corrente Proletária travou uma dura batalha contra a burocratização e, em particular, contra o formato virtual. Agora, em 2024, damos continuidade a esse combate. Mantemos a nossa campanha pelo retorno das eleições presenciais, assim como das demais instâncias. A diferença é que, nesta disputa, estamos obrigados a participar com as nossas candidaturas para o Conselho de Representantes. Lamentavelmente, as condições impostas para a inscrição de uma chapa para a direção do sindicato são burocráticas, o que impede que a Corrente Proletária possa constituir uma chapa oposicionista e classista. Temos plena consciência de que a direção da Afuse quer nos manter fora do sindicato, porque somos um agrupamento oposicionista. Faremos a nossa inscrição para o Conselho de Representantes, mesmo sabendo que será uma eleição antidemocrática e inteiramente controlada pelos burocratas do sindicato. Convidamos todos os funcionários de escola que concordam com a necessidade de erguer uma nova direção a se inscreverem também, de modo a constituir uma frente de luta, em defesa da democracia sindical e da independência de classe.



São Paulo - Denúncia

Os sindicatos devem colocar de pé uma frente de luta para combater a fome

A fome das famílias trabalhadoras ganha destaque na cidade de São Paulo, como demonstram os dados do artigo de 29 de setembro de 2024: “ Mais de 1 milhão passa fome em São Paulo - Assunto de vários níveis de governo parece ter pouco espaço em meio a debates eleitorais superficiais”. O artigo só tem a importância de mostrar o montante de pessoas que se encontra nessa trágica condição. Como se trata de um problema estrutural do capitalismo, somente pode servir para discursos eleitoreiros e promessas de candidatos.

Os problemas sociais mais sentidos pela população pobre e miserável, mesmo que fossem assuntos das eleições municipais, não poderiam ser resolvidos através do voto. Não basta eleger “candidatos comprometidos”, como dizem os politiquinhos, para que milhões deixem de passar fome. A pobreza, miséria e fome são consequências da brutal exploração do trabalho, próprias do regime capitalista. São fruto da alta concentração de riquezas nas mãos de uma minoria e da disseminação da pobreza da maioria aos explorados. Não tem como acabar com a fome, preservando o

sistema econômico que a gera. Está aí por que por meio de eleição, não se combate a fome. O que fazem os candidatos é aproveitarem as ilusões dos oprimidos nas eleições, para pedir o voto e prometer soluções para retirá-los do “mapa da fome”. No passado, o pesquisador Josué de Castro, na década de 1940, autor do livro “Geografia da Fome”, já mostrava que o valor do salário mínimo era impeditivo para combater a fome no país.

O Boletim Nossa Classe e a Corrente Proletária fazem a defesa pelo emprego a todos, redução da jornada sem redução dos salários e salário mínimo vital, que segundo o Dieese é necessário um salário de R\$ 6.606,13 para manter uma família de quatro pessoas. Enquanto os politiquinhos aceitarem o salário mínimo de R\$ 1.412,00 e os milhões de desempregos e subempregados, a fome e a miséria continuarão a imperar no estado mais rico da federação. Está aí por que é preciso confiar em nossas próprias forças para lutar contra a fome e a miséria e pôr fim ao capitalismo. Cabe às direções sindicais e populares constituírem os comitês de lutas nos bairros e nos locais de trabalho.

Geará

Para que serviram as plenárias convocadas pelo Sindiute

No mês de setembro, a direção do Sindiute convocou diversas plenárias para discutirem, formalmente, a campanha salarial 2025. Na prática, porém, serviram para chamar voto na candidatura do PT e até mesmo na do atual prefeito José Sarto/PDT.

As plenárias foram realizadas por segmento, dividindo a categoria em vários setores (educação infantil, readaptados, fundamental I, fundamental II, gestores etc.) com a justificativa de que assim seria melhor ouvida na hora de formular suas demandas para a campanha salarial. Ocorre que as plenárias foram transformadas em encontros para discutir a conjuntura eleitoral e indicar o apoio às candidaturas ditas “progressistas”. Para a diretoria do Sindiute, o prefeito Sarto, que aplicou a reforma previdenciária no município, instituiu o confisco de 14% dos aposentados e acabou com direitos dos novos concursados (anuênio, licença prêmio) está entre os candidatos comprometidos com o “Estado de bem-estar social” e, por isso, merece o apoio da categoria. Não é a primeira vez que diretores do Sindiute se colocam como cabos eleitorais de candidatos do PDT/Ferreira Gomes. Nas eleições de 2020, apoiaram abertamente Ivo Gomes (ex-secretário de educação de Fortaleza) para a prefeitura de Sobral.

O Movimento de Oposição pela Base-MOB e a Corrente Proletária na Educação/POR estiveram presentes na plenária do fundamental II e polarizaram com a burocracia. Foi precisamente esta presença organizada do MOB, com seus questionamentos, que garantiu que a base pudesse se expressar ao final da exposição da presidente do sindicato, o que não ocorreu nas demais plenárias. Em sua fala, a Corrente Proletária (CPE) denunciou que as correntes da esquerda legalizadas se recusam a caracterizar os ataques dos governos como expressão da crise do capitalismo, exatamente para se apresentarem como alternativa na condução do Estado burguês. Denunciou também o abandono das correntes eleitoreiras da luta pelo fim do capitalismo. A fala da CPE teve o efeito de polemizar o debate e obrigar a direção a explicar seu eleitoralismo utilizando como argumento a “necessidade de derrotar o fascismo” etc.

A tarefa do momento é extrair as lições deste primeiro embate com a direção do Sindiute, depois das eleições sindicais de junho, e fortalecer a oposição unificada com a disputa nas bases da categoria. Por outro lado, é preciso defender com afinco a bandeira da independência de classe dos explorados diante das eleições burguesas. A CPE trabalha com empenho para que o MOB se potencialize e avance em sua atuação.

Rondônia

Burocracia sindical arrasta a base para o distracionismo eleitoreiro

A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), em época de eleições, convoca os filiados para uma atividade, cujo objetivo é convidar os candidatos ao executivo, tanto municipal quanto estadual, para que assinem um termo de “compromisso” em relação as reivindicações dos trabalhadores em educação. Segundo a direção do sindicato, esse termo é para responsabilizar, aquele que vencer as eleições, do “com-

promisso” com as reivindicações da categoria. Entrega, assim, o documento para que os candidatos assinem e prometam cumprir as reivindicações dos trabalhadores em educação, caso seja eleito.

No dia 1º de outubro, foi realizada essa atividade. Todos os candidatos compareceram com seus discursos demagógicos e hipócritas, próprio da política burguesa para iludir os trabalhadores com falsas promessas. Os trabalhadores da educação, na sua gran-

de maioria, deu as costas para essa atividade, certamente, porque estão cansados dessa teatralização promovida pelos burocratas do sindicato. Portanto, havia aproximadamente 20 pessoas. A maioria dos presentes era da comitativa dos candidatos.

A Corrente Proletária interveio para se opor à política eleitoral da direção do sindicato. Esteve presente com a banca de materiais do partido e com o Manifesto, que denunciava as elei-

ções burguesas e chamava os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, em suas próprias capacidades de luta. Defendeu a independência do sindicato diante dos governos. Os militantes chamaram a votar nulo e a organizar a luta pelo emprego, salário, direitos e pelo fim das contrarreformas - trabalhista, previdenciária, terceirização. E mostraram a importância de fortalecer o Partido Operário Revolucionário, que tem como estratégia a revolução social e a implantação de um governo operário e camponês.

São Paulo - Boletim da Corrente Proletária - UFABC

Aos delegados da Plenária da FASUBRA

Retomar o caminho da luta para enfrentar os ataques do governo

O governo burguês de Lula/Alckmin convocou uma reunião emergencial da CNSC para sexta-feira (27/09), na qual anunciou que não incluirá itens acordados na greve no Projeto de Lei (PL) a ser enviado em breve ao Congresso Nacional com os resultados dos acordos celebrados com diversas entidades sindicais. Em função do seu compromisso com o arcabouço fiscal e ciente de que a greve foi traída e a categoria está desmobilizada, o governo mostra sua pretensão de não implementar o termo de acordo em sua integralidade.

Devido à divergência relativa à concepção da FASUBRA sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), a força política TAEs na Luta/Travessia tenta responsabilizar parte da Direção da entidade por esse ataque, aprofundando a divisão da federação e amenizando a conduta do governo. Essa conduta oportunista deve ser amplamente rechaçada.

O caminho para enfrentar o ataque do governo, exigindo que cumpra o acordo e inclua todos os itens no PL, passa por retomar o caminho da luta. Somente com mobilização garantiremos a implementação das conquistas da greve. Por isso, defendemos que a FASUBRA convoque uma paralisação nacional de dois dias no mês de outubro, com atos unificados nos estados, e com indicativo de discussão de greve pelo cumprimento do Termo de Acordo, se possível em conjunto com o SINASEFE e o ANDES-SN.

Balanço da Greve Nacional da FASUBRA de 2024

Traição das direções coloca a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias

Com condições de trabalho degradadas e cerca de 53,05% de perdas salariais inflacionárias, acumuladas sobretudo no período dos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022), quando não houve greve nacional da categoria, os Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino realizaram uma grande greve que enfrentou o governo Lula/Alckmin durante 113 dias.

A greve ocorreu após a aprovação do arcabouço fiscal/novo teto de gastos, e do Plano Plurianual (PPA) em que o governo solicitou a retirada do item sobre as reestruturações de carreiras. Assim se defrontou com a política fiscal do governo, que previa o congelamento salarial para o funcionalismo federal em 2024, dentre outros ataques.

As burocracias sindicais utilizaram o método grevista como instrumento de conciliação de classes. Entre os TAEs, alimentaram a ilusão de que por meio de estudos técnicos e reivindicações factíveis, aparentemente aceitáveis pelo Estado, reverteríamos o sucateamento do PCCTAE, conquistando isonomia com outras carreiras. Combateram a luta unitária do funcionalismo alegando que

através da política corporativista de Reestruturação de Carreira o governo concederia mais para quem ganha menos e corrigiria as disparidades do Sistema de Carreiras.

A Proposta da FASUBRA de Reestruturação do PCCTAE foi aprovada em Plenária com um voto de diferença, após um fático acordo entre coletivos sindicais por cima das assembleias e do GT-Carreira. Nesse acordo, reduziram as correlações entre os níveis (70 para 60 no C/D e 50 para 40 no A/B) e suspenderam a proposição da IATAE/gratificação. Em seguida, à revelia das instâncias sindicais, o GT Reestruturação desfez a reivindicação de aglutinação de níveis (A/B e C/D) e propôs a criação de macrocargos, supostamente como forma de racionalização dos cargos. Por fim, a contraproposta excluiu o step de 5%, o piso de três salários mínimos e as perdas inflacionárias, reduzindo a reivindicação de 117% para 14,45%, de forma parcelada. Como se vê, as reivindicações foram deturpadas e/ou abandonadas.

Em reunião com a Andifes e Conif, Lula cobrou coragem das direções sindicais para acabar com a greve, declarando que não tinha razão o seu prolongamento por conta de tão pouco. Com isso, esgotaram-se os métodos institucionais de conciliação de classes sintetizados na campanha “Lula, assuma as negociações”. Para blindar o governo, as direções atenderam prontamente a ordem de Lula, que sequer precisou utilizar o expediente de corte de ponto e judicialização da greve, e enterraram a Greve da Educação Federal, traíndo a categoria e capitulando à política fiscal do governo.

Na FASUBRA, a maioria das bases votou pela continuidade da greve com solicitação de nova reunião, mas as direções fizeram de tudo para encerrar a greve. Assim, o Termo de Acordo foi aprovado sem sua versão final, com diversas conquistas comprometidas, cuja implementação está condicionada ao “aval” de GTs.

Apesar da exaltação das migalhas pelas burocracias sindicais, o fracasso da estratégia corporativista é incontestável. Com os ganhos da greve, o PCCTAE continuará sucateado, com a menor remuneração do funcionalismo federal, ampla terceirização, alta taxa de evasão, etc. Ademais, tudo indica que os macrocargos conduzirão à extinção e suspensão dos cargos ativos, aprofundando o desmonte da carreira.

A “diferenciação” em Mesas Específicas e Temporárias de Reestruturação de Carreiras serviu ao governo. As “negociações” lideradas por José Feijó, Secretário do MGI e ex-dirigente da CUT, foram marcadas pelas imposições do governo, que rejeitou as reivindicações centrais e atendeu apenas demandas do seu interesse, conforme as diretrizes para a reorganização do Sistema de Carreiras. Após a greve, a Ministra do MGI afirmou explicitamente que não atendeu às reivindicações porque “fazer o negócio perfeito custa caro”.

Observa-se que a assinatura do Termo de Compromisso que condicionou a implementação do aumento dos benefícios, já previsto no orçamento, à restrição das negociações relativas à remuneração em Mesas Específicas ocorreu em pleno ascenso da Greve

da Educação Federal. Um ato desastroso que levou à suspensão da Mesa Central, a não instalação de mesas de negociação de greve, e à imposição do congelamento salarial em 2024. Na FASUBRA somente o SinTUFSC não capitulou a essa chantagem, expondo o grau de colaboracionismo das direções sindicais.

Em todo o momento, as direções burocráticas agiram para manter a greve nos marcos da institucionalidade burguesa. Declararam que a greve não era contra o governo. Realizaram campanhas de colaboração. Incentivaram uma greve passiva e imobilista, inclusive com assembleias virtuais/híbridas. Boicotaram a unificação das lutas em curso, rejeitando a constituição de comandos unificados de greve e impedindo a deflagração da greve em sindicatos como Apeesp e Apeoc. Em alguns casos chegaram a realizar reuniões paralelas com representantes do governo e reitorias.

A Corrente Proletária/POR se empenhou ao máximo para que a greve fosse vitoriosa. Compareceu como uma pedra no sapato das burocracias. Combateu as ilusões corporativistas e a política

pacifista. Defendeu uma greve ativa e unitária, chamando a construção de comandos de greve unificados e mesa única de negociação das categorias em greve. Impulsionou as tendências de luta. Rechaçou o rebaixamento das reivindicações. Defendeu a luta massiva nas ruas para comprometer a produção social, afetar os negócios da burguesia e obrigar o governo a atender as reivindicações. Trabalhou pela generalização programática das lutas, publicando boletins sindicais, notas para o Jornal Massas e um folheto sobre a Campanha Salarial dos TAEs.

Finalizada a greve, as necessidades da categoria continuam prementes. É neste quadro que emerge o programa próprio dos explorados. As propostas defendidas pela CPE estão plenamente vigentes. A condição para recuperar a FASUBRA para uma luta coesa em defesa dos empregos, salários e direitos está em erguer e fortalecer as frações classistas e revolucionárias para varrer com as burocracias colaboracionistas e constituir direções classistas e combativas.

São Paulo - Boletim da Corrente Proletária - UFABC

Publicamos abaixo a nota que chama à paralisação nacional da Fasubra de 15 e 16 de outubro e defende a unidade com os estudantes.

Abaixo o aumento no preço da refeição no Restaurante Universitário!

Desde ontem, 1º de outubro, o valor cobrado por refeição no Restaurante Universitário (RU) da UFABC passou de R\$ 15,47 para R\$ 16,08. Para os estudantes regulares da graduação e da pós-graduação, com 60% de subsídio sobre o valor total da refeição, o preço subiu de R\$ 6,19 para R\$ 6,43. Com reajuste anual do preço conforme a inflação e manutenção do mesmo percentual de subsídio pela Reitoria, o RU da UFABC é um dos mais caros do país, quando comparado com outros restaurantes estudantis e universitários.

Além do preço do RU, a ausência de moradia estudantil e as limitações dos auxílios socioeconômicos, no transporte e na acessibilidade prejudicam a permanência estudantil, expulsando os estudantes mais pobres da universidade. Esta Assembleia Geral convocada para debater e deliberar sobre a Permanência Estudantil deve responder a esse problema que envolve o direito de ingressar, permanecer e concluir os estudos.

Em 2023, as assembleias, audiência pública, marmitaço e catraça não conseguiram reverter o aumento e a precarização. Este ano, o movimento ocorre após a Greve Nacional da Educação Federal (FASUBRA, SINASEFE e ANDES-SN). Naquela ocasião, a Direção do DCE da UFABC (Correnteza-PCR/UP, Juntos!-MES e UJC) bloqueou a greve estudantil, chegando a defender uma farsa de “estado de greve” e assembleias de curso. Ademais, desde julho os terceirizados da vigilância da UFABC já recorreram à greve duas vezes para receberem os seus salários.

A Greve dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) terminou há exatamente três meses. Na semana passada, o Governo Lula/Alckmin ensaiou uma quebra do Termo de Acordo, ao anunciar que não incluirá itens da minuta no Projeto de Lei (PL) que será enviado ao Congresso Nacional. Entre os itens consta a criação do cargo de Auxiliar em Educação, rejeitado tanto pelo governo (MEC e MGI), quanto pelas reitorias (ANDIFES/ForGePe), que defendem a terceirização.

Em resposta a esse ataque, a FASUBRA convocou uma Paralisação Nacional para os dias 15 e 16 de outubro. Essa é uma valiosa oportunidade para o DCE rever a sua posição e unificar os estudantes com os trabalhadores, somando-se à paralisação nacional dos TAEs das Universidades Federais e batalhando para que o governo implemente as reivindicações. Nessa direção, a Corrente Proletária/POR, defende a aprovação das seguintes propostas:


- **Paralisação dos Estudantes da UFABC nos dias 15 e 16 de outubro pela revogação do aumento no preço das refeições do RU, efetivação dos trabalhadores terceirizados, construção da moradia estudantil, e em apoio às reivindicações dos TAEs e docentes;**

- **Durante a paralisação, realizar uma manifestação estadual em defesa dos serviços públicos, com chamado às entidades estudantis (UNE, UBES, ARES, DCEs) e sindicais (Centrais Sindicais, Apeoesp, Metroviários, Centrais, Fórum das Seis);**



- **Que o DCE chame o SinTUFABC e a ADUFABC para conformar um Comitê Unificado em Defesa dos Serviços Públicos.**

R\$5

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!

Curso de formação política do POR em São Paulo

Publicamos a última parte da discussão sobre o livro de Abraham Leon, “A Concepção Materialista da Questão Judaica”. Depois de estudado o escrito de Leon, foi feita uma exposição do período de 1948 à atualidade sobre a implantação do Estado sionista e a questão da autodeterminação do povo palestino. O curso foi concluído em 15 de setembro.

Apresentação sobre os conflitos no Oriente Médio e no mundo árabe

I) Introdução

a) A escolha do tema do penúltimo curso de formação mensal, ao qual demos continuidade no dia 15/9, a chamada questão judaica, e especificamente da obra escrita por Abraham Leon, se deu em função da campanha do Partido contra o genocídio palestino e como resposta à acusação de que as críticas à Israel seriam uma expressão do antissemitismo – o que é falso. Ao mesmo tempo, essa escolha cumpriu a função de trazer à tona um capítulo e um personagem praticamente desconhecido da história da Quarta Internacional;

b) Coube demonstrar duas coisas: em primeiro lugar, o acerto do prognóstico e das formulações fundamentais de Abraham Leon, principalmente a ideia de que a política sionista – com a qual ele rompeu – não só não levaria a uma solução da questão judaica, como levaria a uma tragédia, com a imposição dos interesses imperialistas na região do Oriente Médio. Os fatos posteriores à publicação de A concepção materialista da questão judaica revelaram a correção desse prognóstico, bem como da caracterização leninista de que a época do imperialismo deve ser necessariamente marcada por guerras, revoluções e contrarrevoluções;

c) Em segundo lugar, coube expor e analisar no Curso de Formação os fatos mais recentes dessa longa trajetória histórica. Vale lembrar que no penúltimo encontro foi abordada a história dos judeus desde a Antiguidade. Como a nossa perspectiva é a da unidade entre teoria e prática, foi fundamental completar essa exposição, puxando o fio da história até chegar ao conflito atual na Palestina. São muitos fatos, muitos conflitos, tratados etc., então, tratou-se de apresentar uma síntese, que foi dividida em duas grandes partes: antes e depois da fundação do Estado de Israel, tamanha foi a importância deste acontecimento.

II) Antes de 1947

1. Desmembramento do Império Otomano

a) A ocupação territorial do Oriente Médio pelas potências europeias foi precedida por uma penetração econômica, que chocou com o arcaísmo das estruturas do Império Otomano e acabou levando à sua dissolução;

b) O auge do Império Otomano se deu no governo de Solimão I, o magnífico (1520-66);

c) A decadência do Império da Sublime Porta se estendeu por dois longos séculos, em que pese as tentativas de “modernização” do período da Tanzimat (ou “reestruturação”, de 1839-76), que se mostraram superficiais, mantendo uma base econômica arcaica;



d) Acirra-se a Questão dos Balcãs e, em 1877-78, vem novo conflito com a Rússia (já havia ocorrido a Guerra da Crimeia, entre 1853-56). A Rússia recua novamente. Os otomanos perdem territórios, evidenciando o seu desmoronamento (vale mencionar o Massacre Armêno);

e) Um parêntese: esses acontecimentos exerceram uma influência considerável sobre o Império Russo e, conseqüentemente, sobre a revolução russa, tema que o Partido tratará em outubro, como próximo tema do Curso de Formação;

f) Em 1912-13 eclodem a Primeira e a Segunda Guerra Balcânica, afetando as alianças e o equilíbrio europeu, acelerando o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial.

2. Sionismo

a) O tema foi tratado com a devida atenção por meio da exposição da obra de Abraham Leon. Por essa razão, coube apenas fazer uma menção à política migratória durante o século XIX e começo do XX, a experiência da formação das primeiras colônias, o caráter polêmico entre as próprias organizações judaicas quanto à formação de um Estado separado (muitos diziam que levaria a um recrudescimento do antissemitismo) e, finalmente, o enorme impulso gerado pelo Holocausto nazista.

3. Primeira Guerra Mundial

a) Acordo de Sykes-Picot (1916), confirmado pela Conferência de San Remo (abril de 1920), determinando os mandatos inglês (Palestina e Iraque) e francês (Líbano e Síria);

b) Declaração Balfour (2 de novembro de 1917, em plena Primeira Guerra Mundial): documento no qual o governo britânico prometia ao povo judeu um “lar” na região da Palestina.

4. Revoltas

a) Como foram muitas revoltas contra o colonialismo, foi dado destaque à Revolta de 1936-39: revolta nacionalista árabe, contra o domínio colonial britânico e a imigração judaica em massa, na área do Mandato Britânico da Palestina.

5. Segunda Guerra Mundial

a) Holocausto nazista, 6 milhões de judeus assassinados;

b) Obra de Abraham Leon, A concepção materialista da questão judaica, foi publicada em dezembro de 1942. O próprio autor morreu em Auschwitz, na Polônia ocupada pelos nazistas.

III) Período pós-1947

1. Guerra de 1948-49

- a) O fato é lembrado pelos árabes como Nakba (“Catástrofe”);
- b) Em novembro de 1947 foi aprovada a Resolução 181 da ONU, contendo a “solução dos dois Estados”;
- c) No dia 14/5/1948 foi promulgada a Declaração de Independência de Israel;
- d) A URSS sob o governo de Stalin foi o primeiro Estado a reconhecer diplomaticamente a fundação de Israel (apenas 3 dias depois, no dia 17/5). O apoio não se limitou ao meio diplomático: Stalin enviou armas aos sionistas, fornecendo o suporte material necessário à Nakba;
- d) Em resposta, vem o ataque da Transjordânia, Egito, Síria, Líbano e Iraque à Israel;
- e) Em fevereiro de 1949 foi assinado o Armistício de Rodes;
- f) Formam-se vários campos de refugiados, que se tornaram uma expressão da opressão e da violência colonialista.

2. Guerra de 1956

- a) Gamal Abdel Nasser, então presidente do Egito, nacionaliza o Canal do Suez, abrindo um novo conflito com Israel;
- b) A URSS, que estava enfrentando uma revolta na Hungria, ameaçou intervir em favor do Egito, forçando os EUA a se colocarem por um cessar-fogo.

3. República Árabe Unida (1958-61)

- a) Egito, Síria e Iêmen realizam uma tentativa de colocar em prática a linha do panarabismo, mas a experiência dura pouco, revelando a impossibilidade da unificação dos árabes (que é uma necessidade ainda presente, diante da opressão imposta pelo enclave imperialista-sionista) sob a política do nacionalismo burguês.

4. Em maio de 1964 se dá a Fundação da OLP - Organização para a Libertação da Palestina

5. Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de junho de 1967)

- a) Israel realiza uma ofensiva de caráter “preventivo” sobre o Egito e a Jordânia;
- b) Ocupações israelenses:
 1. Cisjordânia;
 2. Gaza e o Sinai;
 3. Colinas de Golã (Síria);
 4. Jerusalém Oriental;
- c) Trata-se de um conflito em que Israel obtém um notável sucesso militar sobre os Estados árabes.

6. De julho de 1967 a agosto de 1970 se dá a chamada “Guerra de Desgaste”

- a) Nasser pretendia retomar a Península do Sinai, perdida durante a Guerra dos Seis Dias;
- b) Resolução de Cartum (no Sudão), de setembro de 1967, aprovada pela Liga Árabe, Resolução que ficou famosa pelos “Três Nãos”: “sem paz com Israel, sem reconhecimento de Israel, sem negociações com ele”.
- c) O cessar-fogo é estabelecido sem qualquer alteração nas fronteiras.

7. Eclode em outubro de 1973 a Guerra do Yom Kippur

- a) “Yom Kippur” é uma referência a um dia sagrado para o judaísmo;
- b) Egito (do presidente Anwar Sadat) e a Síria realizam ataques com o objetivo de retomar, respectivamente, o Sinai e Golã;
- c) O conflito termina com a vitória militar israelense, apesar das conquistas parciais árabes no começo do conflito. A Península do Sinai só foi devolvida ao Egito em 1979. A situação das Colinas de Golã seguiu um percurso mais complexo, envolvendo a anexação unilateral, em 1981, pelo primeiro-ministro israelense Menachem Begin, ocupação rechaçada até mesmo pelos organismos internacionais da burguesia. Até hoje a Síria insiste em não aceitar esse quadro e exige a retirada completa das tropas sionistas do Golã.

8. Crises do Petróleo (1973 e 79)

- a) OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) é criada em setembro de 1960;
- b) Tem início em outubro de 73, quando a OPEP anuncia o embargo petrolífero aos países vistos como apoiadores de Israel na Guerra do Yom Kippur. O “choque” de 79 decorreu da revolução iraniana, que também interferiu nos preços do barril de petróleo.

9. Em 17 de setembro de 1978 são assinados os Acordos de Camp David

- a) Firmados pelo presidente egípcio Anwar Sadat e pelo primeiro-ministro israelense Menachem Begin, após doze dias de negociações secretas em Camp David, o retiro do Presidente dos Estados Unidos (que no momento era Jimmy Carter, do Partido Democrata) em Maryland;
- b) Egito reconhece o Estado de Israel;
- c) Begin e Sadat receberam o Prêmio Nobel da Paz compartilhado de 1978;
- d) Sadat é assassinado em 6 de outubro de 1981 por membros da Jihad Islâmica Egípcia.

10. Revolução iraniana (1979)

- a) O incêndio do Rex Cinema, em agosto de 1978, à época atribuído à polícia secreta do regime, é visto como estopim do processo revolucionário, que conclui em fevereiro de 79;
- b) O Xá Reza Pahlevi é destituído, e ascende ao poder o aiatolá Khomeini, instituindo uma república islâmica.

11. Estoura, em setembro de 1980, a Guerra Irã-Iraque

- a) Saddam Hussein, atendendo aos interesses imperialistas de liquidar a revolução iraniana, realiza uma invasão do território iraniano;
- b) Estima-se que 1,5 milhão de pessoas tenha morrido no conflito (com destaque para o uso de armas químicas e biológicas), que foi encerrado formalmente somente em 1988. Não houve ganhos territoriais para nenhum dos lados.

12. Primeira Guerra do Líbano começa em junho de 1982

- a) Israel ataca. Oficialmente, a justificativa foi a de fazer cessar os ataques dos palestinos da OLP;
- b) Dois meses de intenso bombardeio, principalmente sobre a capital Beirute;
- c) OLP é expulsa do Líbano;

d) Bashir Gemayel, político da extrema-direita libanesa e cachopo de Israel e dos EUA, é eleito presidente em agosto de 1982, tendo sido assassinado dias antes de assumir, através de um atentado com um carro-bomba;

e) Massacre de Sabra e Chatila, como represália ao assassinato de Gemayel;

f) Uma das consequências foi a fundação do Hezbollah, a partir de milícias ligadas ao Irã, o que aconteceu oficialmente em 1985.

13. Entre 1987 e 1993 ocorre a Primeira Intifada

a) Influência da resistência libanesa;

b) Começa no campo de refugiados de Jabaliyah (cidade palestina ao norte de Gaza);

c) Tem como característica a enorme desproporção de forças entre os palestinos, que só podem contar com paus e pedras, enfrentando o gigantesco potencial destrutivo do exército sionista.

14. Em agosto de 1990 tem início a Guerra do Golfo Pérsico

a) O exército iraquiano, sob o comando do presidente Saddam Hussein, invade e anexa o Kuwait;

b) Forma-se uma ampla coalizão internacional, encabeçada pelo imperialismo norte-americano, para derrotar Saddam;

c) Em fevereiro de 1991 o conflito chega ao fim, com a esmagadora vitória da coalizão, expulsando as tropas iraquianas do Kuwait.

15. Entre 1993 e 1995 são firmados os Acordos de Oslo

a) Participação do primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin; do presidente dos EUA, Bill Clinton e do Presidente da OLP, Yasser Arafat;

b) Decide-se pela retirada das forças armadas israelense da Faixa de Gaza e Cisjordânia, assim como reconhece-se (formalmente) o direito dos palestinos ao autogoverno nas zonas governadas pela Autoridade palestina, formalmente divididas como se segue:

- Área A: controle total pela Autoridade palestina;

- Área B: controle civil pela Autoridade palestina e controle militar pelo Exército de Israel;

- Área C: controle total pelo Governo de Israel.

c) Configura-se a capitulação da OLP;

d) Em 1994, o então primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, o ministro israelense de relações exteriores Shimon Peres e Yasser Arafat, o presidente da OLP, receberam o Prêmio Nobel da Paz.

16. A Segunda Intifada vai de 2000 a 2005

a) Em 28 de setembro de 2000, Ariel Sharon visita a Esplanada das Mesquitas/Monte do Templo, em Jerusalém. A visita é interpretada pelos palestinos como uma provocação;

b) Segue-se um longo período de enfrentamentos dos palestinos

c) A conferência de paz de Sharm el-Sheikh, realizada a 5 de fevereiro de 2005, é considerada o dia oficial em que o conflito terminou.



17. Em 11 de setembro de 2001 ocorre o Atentado ao WTC (EUA)

a) Assumido pela Al-Qaeda, de Osama bin Laden.

18. Guerras contra o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003)

a) As guerras se dão no esteio da chamada “Guerra ao Terror”, tal como a chamou o então presidente americano George W. Bush, como reflexo do ataque às Torres Gêmeas.

19. Arafat morre em 2004, e o controle sobre a Autoridade de Palestina passa a Mahmoud Abbas

20. Segunda Guerra do Líbano (2006)

a) Estopim (segundo a versão israelense): o sequestro de dois soldados israelenses por milicianos do Hezbollah, no dia 12/7. Na verdade, desde a vitória eleitoral e o estabelecimento do governo do Hamas na Faixa de Gaza em 2005, Israel vinha sufocando e atacando militarmente os palestinos, impulsionando o Hezbollah a ações contra o inimigo em comum;

b) Resposta de Israel: “Operação Justa Retribuição”;

c) Cessar-fogo ocorreu em 14 de agosto, após intensa destruição do país.

21. Entre o final de 2008 e o começo de 2009 eclodem conflitos em Gaza

a) Após Israel não suspender o bloqueio a Gaza, como havia prometido, militantes do Hamas lançam foguetes Qassam sobre o sul de Israel;

b) Os israelenses intitularam o conflito de “Operação Chumbo Fundido” - na verdade, um verdadeiro massacre.

22. Em 8 de julho de 2014, Israel lança contra Gaza a chamada “Operação Margem Protetora”

a) Israel utiliza como subterfúgio o sequestro e assassinato de três jovens israelenses, atos atribuídos ao Hamas (que o negou);

b) Extremistas judeus raptaram e queimaram vivo um adolescente palestino, chamado Muhamed Abu Khdeir;

c) O cessar-fogo foi estabelecido no final de agosto, deixando um saldo de cerca de 70 mortes do lado israelense e mais de 2 mil baixas do lado palestino.

23. Conflitos de 2021, 2022 e 2023

a) Em maio de 2021, confrontos entre Israel e o Hamas e Jihad Islâmica estouraram, após a Justiça sionista ter decidido pelo despejo de palestinos em Jerusalém Oriental. Mais de 300 pessoas morreram, a imensa maioria de palestinos;

b) No começo de agosto de 2022, Israel lançou um ataque “preventivo” contra um suposto plano de ataque da Jihad Islâmica, resultando em mais um massacre de palestinos;

c) Em 7 de outubro de 2023, o ataque de militantes palestinos a Israel é utilizado como justificativa para um verdadeiro genocídio, que ainda está em curso.

Nesta edição:

- Palestina:

Manifesto – Um ano de destruição e carnificina na Faixa de Gaza

Ato contra a guerra

Manifesto – Pelo fim dos ataques de Israel no Líbano;

- China:

75 anos da revolução chinesa

China recorre ao endividamento;

- Argentina:

Todos à marcha em 2 de outubro!;

- Trotsky:

Prólogo aos crimes de Stalin

32 anos da dissolução da URSS.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Um ano de destruição e carnificina na Faixa de Gaza
Guerra no Oriente Médio

Por uma poderosa frente única anti-imperialista para acabar com a guerra e o genocídio do povo palestino!

Outubro de 2024

Era previsível que a intervenção do Estado de Israel na Faixa de Gaza não ficaria circunscrita à operação militar de devastação das cidades, caça ao Hamas e matança de civis palestinos. Isso por que o objetivo final não explicitado pelo governo israelense é o de anexar por completo o que restou do território da Palestina. O cerco econômico, social e militar à Faixa de Gaza e à Cisjordânia se fez à custa de confrontos e guerras permanentes. Desde que se constituiu o Estado de Israel em 1948, a história da Palestina foi marcada pelo processo de expulsão dos palestinos e anexação territorial. Chegou-se ao extremo de confinar entre 2,1 a 2,4 milhões de palestinos na Faixa de Gaza, reconhecidamente como um campo de concentração. E 3,2 milhões na Cisjordânia, mantida como um protetorado. Foram expulsos da Palestina e se tornaram refugiados 7,3 milhões. Ficaram impedidos de retornarem.

Basta esse processo para não se ter nenhuma dúvida de que o Estado de Israel somente pôde ser implantado como uma extensão tardia do colonialismo. Para isso, se constituiu como um enclave do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Sua subsistência não seria possível sem que se transformasse em uma potência militar, embora não fosse uma potência econômica. E somente alcançaria esse status no Oriente Médio com o financiamento estrutural pelos Estados Unidos, que o transformou em uma poderosa máquina de guerra. Foi dotado de armas nucleares.

A justificativa é de que se trata da única forma de garantia existencial do Estado judeu-israelita, rodeado de inimigos. A barbárie imposta à Faixa de Gaza leva o selo dessa justificativa. O campo de concentração no qual os 2,4 milhões de palestinos vêm sendo sufocados há décadas e as ações anexadoras na Cisjordânia também são justificadas por razões existenciais do Estado sionista. O impedimento de se constituir um Estado palestino, ainda que limitado nos termos dos Acordos de Oslo, tem a mesma explicação. Segundo essa noção histórica colonialista, os palestinos não têm direito à existência, uma vez que sua existência é a negação da existência do Estado de Israel. De fato, os 76 anos de história da implantação do Estado de Israel são de opressão aos palestinos e imposição de condições coloniais à sua permanência. Essa contradição não se limita ao pequeno território palestino. Faz parte das mais profundas contradições do Oriente Médio e mundial, potenciadas após a partilha do mundo resultante da Segunda Guerra.

Nesse marco geral, é que se evidencia a raiz histórica da implantação do Estado sionista por uma decisão do imperialismo em 1947-1948. A causa histórica do povo judeu foi perfeitamente utilizada pelo capital financeiro, ou seja, pelas forças do imperialismo que reconfiguraram a ordem mundial a partir dos acordos de Yalta, em 1945. Os acontecimentos evidenciaram que o sionismo não poderia encontrar uma solução que de fato resolvesse a questão

judaica. O povo judeu, atingido pela diáspora e pela dispersão, não teria como recompor sua unidade originária por intermédio dos meios e dos métodos do imperialismo. Eis por que o Estado sionista não cumpre a função histórica almejada pelo povo judeu, mas sim a função de instrumento do imperialismo norte-americano voltado à dominação no Oriente Médio. Essa é a questão existencial a que se refere Benjamin Netanyahu, para justificar a guerra que ultrapassa a Faixa de Gaza, atinge a Cisjordânia, envolve o Líbano e arrasta o Irã para uma conflagração geral no Oriente Médio. Concretamente, nas circunstâncias de um ano de guerra, ficou patente que a resistência do Hamas não oferecia nenhum perigo existencial para o Estado de Israel. O apoio do Hezbollah, também não. E o Irã o máximo que poderia fazer era continuar apoiando o Hamas e o Hezbollah, sem, contudo, oferecer qualquer risco existencial a Israel.

Os acordos de Abraão, traçados pelos Estados Unidos, desde 2020, vinham alinhando os países árabes em torno a um pacto de convivência com o Estado de Israel. O que implicava estabelecer uma unidade contra o Irã e os poucos Estados árabes que continuam a apoiar a causa dos palestinos. No fundo, o imperialismo norte-americano vinha trabalhando para cercar a penetração da China no Oriente Médio e a influência da Rússia sobre a Síria e o Irã. A matança na Faixa de Gaza e a reabertura do conflito com o Líbano paralisaram as iniciativas dos Acordos de Abraão. Mas Israel continua protegido pelos países árabes, que nada fizeram para barrar a sua ofensiva genocida. É completamente falsa a tese do governo israelense de que tem de ir às últimas consequências na guerra, mesmo que incendeie o Oriente Médio, porque se trata da existência de Israel. Os seus aliados dizem que é uma guerra justa, porque é defensiva contra a organização terrorista do Hamas, que atentou em 7 de outubro de 2023 contra Israel. No entanto, dizem que é preciso ser proporcional e que não se deve sacrificar civis. O valor dessa hipocrisia está em evidenciar que em nenhum momento houve perigo existencial ao Estado de Israel. Pode-se argumentar que não se trata de aqui e agora, mas do futuro. Também nesse caso a justificativa é falsa.

As forças concretas que estão em confronto direto com Israel se limitam ao Hamas e Hezbollah. Indiretamente, as milícias Houtis do Iêmen lançaram mísseis para interferir na navegação no Mar Vermelho. Bastaram os contra-ataques norte-americano e inglês para neutralizar a escassa capacidade militar do grupo. A posição do Irã tem sido de manutenção do apoio à resistência palestina e libanesa, mas sem interferir nem direta, nem indiretamente com ações militares. O bombardeio com mísseis, em abril, foi uma resposta ao assassinato do dirigente do Hamas em Teerã, provocado por Israel. Antes disso, as Forças de Defesa de Israel haviam bombardeado a Embaixada do Irã em Damasco, Síria, assassinando importantes comandantes da Guarda Revolucionária Iraniana. Mesmo assim, o governo iraniano mostrou que era apenas preventivo, sem nenhuma consequência. Agora, o Irã deu uma segunda resposta, diante do assassinato do dirigente Hassan Nasrallah e da



maioria dos dirigentes do Hezbollah. O ataque do Irã foi intenso, mas incapaz de romper a poderosa defesa israelense e norte-americana, que ainda contou com o auxílio da Jordânia.

A incursão por terra no sul do Líbano e a continuidade dos bombardeios aéreos, que já fizeram quase dois mil mortos, causando grandes destruições, tem sido mais uma etapa da confrontação que projetou a guerra para o Oriente Médio. É visível que nos cálculos das autoridades israelenses a conflagração deveria envolver diretamente o Irã. As várias iniciativas nesse sentido continham uma declaração de guerra.

Os Estados Unidos e Israel vêm há muito agindo contra a independência nacional do Irã e a possibilidade de seu programa nuclear alcançar a bomba atômica. São conhecidas as ameaças de Israel de bombardear as usinas nucleares iranianas. Os Estados Unidos impuseram brutais sanções econômico-financeiras, sem, no entanto, conseguir dobrar a espinha dorsal do Irã. O governo Barack Obama obteve um acordo de “não-proliferação de armas nucleares no Oriente Médio”, em 2015. Cerca de três anos depois, Trump rompeu o acordo e voltou a impor sanções. Essa movimentação se fez às expensas do segredo militar de Israel sobre sua capacidade atômica. O imperialismo, com o apoio de seus serviços árabes e Israel, dita que pode e quem não pode obter armas nucleares. Ocorre que o capitalismo da época imperialista alcançou uma indústria militar capaz de causar a destruição da humanidade. Como então negar ao Irã o direito de ter seu programa nuclear e a capacidade de chegar à indústria nuclear? Aguarda-se a contraofensiva de Israel.

Biden declarou que os Estados Unidos não são favoráveis a um bombardeio das usinas nucleares iranianas. Esse tipo de declaração está desmoralizada, uma vez que os Estados Unidos procuram eliminar o programa nuclear do Irã e apoiam incondicionalmente a política de guerra de Israel. Certamente, não há um acordo geral entre as potências de dar carta branca ao governo de Netanyahu. É o que transpareceu da reunião do G-7, realizada paralela à reunião do Conselho de Segurança da ONU, que, por sua vez, esteve dividido e incapaz de impedir a proliferação da guerra no Oriente Médio. Em síntese, os últimos acontecimentos expressam o agravamento da crise no Oriente Médio, como parte da crise mundial do capitalismo que vem impulsionando a guerra comercial e as tendências bélicas.

As massas mundiais vêm acompanhando a ascensão dos confrontos militares desde o início da guerra na Ucrânia. A matança na Faixa de Gaza, por seu turno, gestou um movimento de defesa da Palestina. A passividade, porém, está em contradição com o ritmo acelerado da crise marcada pelas guerras na Europa e no Oriente Médio. É sintomático o fato das manifestações pró-palestinos terem sido retraídas e recuadas. Sem as mobilizações operárias e populares, o imperialismo continuará potenciando as confrontações econômicas e militares.

O momento exige da vanguarda que trabalhe no interior das organizações do proletariado e nos movimentos sob a bandeira de combate às guerras de dominação, pelo programa de ação de unidade dos explorados e pela estratégia socialista da revolução social. Está colocada no Oriente Médio a organização de uma frente única anti-imperialista para acabar com a guerra na Faixa de Gaza, Líbano e impedir que conflagre de conjunto o Oriente Médio. No Brasil, essa linha proletária para ser encarnada pelos explorados tem de confluir com as necessidades mais urgentes da maioria oprimida, que se encontra mergulhada na pobreza, miséria e fome. A classe operária e os demais trabalhadores têm de identificar o imperialismo norte-americano como o maior dos perigos para a humanidade.

O Partido Operário Revolucionário, neste um ano de guerra do Estado sionista, tem se esforçado por organizar a luta do povo palestino sob a estratégia da República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Oriente Médio

Manifestação em defesa dos palestinos e libaneses conta com ausência dos sindicatos e movimentos populares



No dia 28 de setembro, sábado, aconteceu uma manifestação em SP em defesa do povo palestino e libanês, frente aos ataques de Israel na região. O ato buscou responder, desde o Brasil, o movimento do Estado sionista de expandir a guerra contra a Palestina ao restante do Oriente Médio.

A manifestação contou com cerca de 200 pessoas, entre elas membros das comunidades palestinas e libanesas de São Paulo, partidos e outras organizações que formam a Frente Palestina São Paulo. O POR participou da manifestação com sua banca de materiais, bandeiras, cartazes e o manifesto que acompanha essa nota, onde defendemos o fim dos ataques de Israel no Líbano, a retirada imediata de suas forças militares da Faixa de Gaza e fora os EUA do Oriente Médio.

A manifestação teve o caráter de denúncia das atrocidades israelenses e apoio à luta dos povos árabes. As ações da Frente, no entanto, permanecem isoladas pela política das direções sindicais e populares que de maneira geral não participaram do ato. Seu caráter diminuto expressou a ausência das centrais sindicais como a CUT, CTB etc., bem como do movimento estudantil. Essas direções têm apoiado a luta dos palestinos, porém, pouco têm feito de concreto para impulsionar o movimento no Brasil, o que certamente serviria como impulso ao movimento pró-Palestina no restante da América Latina. Por outro lado, as movimentações da burguesia democratizante, que aposta na ONU para resolver o conflito, têm servido como desvio para o movimento que deveria se valer dos métodos da ação direta coletiva, das manifestações massivas, bloqueios, boicotes e ocupações. O caráter superestrutural da Frente, sem as massas, sob predomínio da política centrista, dificulta o debate de posições táticas e estratégicas da política levada a cabo em SP, o que por sua vez dificulta seu desenvolvimento.

A próxima manifestação ocorrerá no dia 8 de outubro, quando marca um ano do início da mais recente ofensiva de Israel sobre a Faixa de Gaza. Por conta da data, deve contar com participação maior das organizações populares, como o MST, que já anunciou sua participação. Trata-se de fortalecer ao máximo essa atividade. O POR certamente participará apresentando ao conjunto dos trabalhadores a política proletária para o conflito que se generaliza no Oriente Médio.

Pronunciamento do POR no ato

“Boa tarde companheiros e companheiras que estão participando aqui dessa importante manifestação. Boa tarde, à população que está passando na calçada e tentando entender o que está acontecendo, e o que está acontecendo é um genocídio, o que está acontecendo é a barbárie capitalista aplicada no seu mais alto grau, que é o Estado sionista de Israel que vem devastando a Faixa de Gaza, já vai completar um ano! E agora a ação de Israel é estender a guerra até o Oriente Médio completo e ele faz isso através dos bombardeios ao Líbano, por isso nós estamos nessa manifestação para rechaçar os bombardeios.

O POR distribuiu um Manifesto nessa manifestação dizendo: “Pelo fim dos bombardeios de Israel ao Líbano, retirada imediata das forças sionistas da Faixa de Gaza e fora Estados Unidos do Oriente Médio!” Isso porque nós não devemos esquecer nem por um segundo de que o principal responsável pela barbárie no mundo todo, e principalmente pela barbárie no Oriente Médio, são os Estados Unidos da América! É o imperialismo estadunidense! Desde quando criou o Estado sionista no contexto da Segunda Guerra Mundial. Todas as guerras que Israel venceu nesse período foram com o financiamento dos Estados Unidos.

Muito tem se falado, nos últimos dias, sobre a ONU e sobre a manifestação de abandono de algumas delegações, mas o que nós temos de nos perguntar é por que Netanyahu foi na ONU? Por que Netanyahu ainda fala pela ONU? Porque a ONU permite que o genocida discursive livremente? Isso é o que nós temos de nos perguntar! A ONU é parte do problema, não é parte da solução! A ONU desvia o instinto de luta das massas, porque se acredita que a solução vai vir pelo caminho das instituições democráticas, pelo caminho das instituições burguesas. E não é por esse caminho! Esse é o caminho da derrota!

Nós temos de apostar nas nossas próprias forças de luta, nas manifestações massivas! E construir uma frente única anti-imperialista para derrotar o sionismo e para derrotar o imperialismo estadunidense!

Fora Estados Unidos do Oriente Médio!

Nova etapa do conflito

No momento em que essa nota estava sendo redigida, recebemos a notícia de que o Irã lançou um massivo ataque ao território israelense, com mísseis de longo alcance, tendo uma parte furado o poderoso bloqueio do ‘Iron Dome’. Explosões também foram ouvidas no Vale do Rio Jordão e outras partes do país. Tudo isso aconteceu horas depois dos EUA soltarem um alerta de que o Irã preparava uma resposta à invasão de Israel ao Líbano e seus bombardeios nos últimos dias. Outro acontecimento chamou a atenção, ainda que não se tenha claro ainda sua ligação com o conflito mais geral, um tiroteio em Tel Aviv minutos antes dos ataques deixou ao menos 9 mortos e muitos feridos.

Rapidamente os EUA se colocaram ao lado de Israel incondicionalmente. Biden reforçou o suposto direito de defesa. Kamala Harris e Trump disputam para mostrar aos eleitores quem defen-

de mais o Estado sionista. O imperialismo europeu também se pronunciou rapidamente através dos presidentes da França e Alemanha, que se colocaram ao lado de Israel contra o Irã e o “eixo do mal”, nas palavras de Netanyahu. O pronunciamento de Kamala foi emblemático ao dizer que “o Irã promove a instabilidade na região”, uma falsificação tão flagrante que não se sustenta sob nenhum aspecto. Trata-se, no entanto, de um argumento necessário para que os EUA mobilizem forças para aproveitar o momento e combater o regime dos Aiatolás. Um momento em que a Rússia não pode oferecer ajuda direta ao Irã parece propício para que o imperialismo aja para derrotar o Irã.

Trata-se claramente de uma escalada na guerra no Oriente Médio. Israel impulsionou essa escalada desde o princípio, há um ano, contando sempre com o prestativo apoio dos EUA, com seus fatos recursos financeiros e militares, além do apoio estratégico com seus porta-aviões posicionados no Mar Mediterrâneo e arredores e com informação. A guerra está se generalizando rapidamente, e isso acontece justamente num momento de refluxo do movimento de massas. É possível que essa nova etapa do conflito impulse novamente as massas para as ruas, retomando assim o embrião de uma frente anti-imperialista que vinha se formando nos primeiros meses dos ataques de Israel à Faixa de Gaza.



Manifesto distribuído no ato

Pelo fim dos ataques de Israel no Líbano e retirada imediata de suas forças militares da Faixa de Gaza

Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!

A intervenção das Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza e a decisão do governo de união nacional de devastá-la indicaram que se tratava de uma guerra de tamanho alcance que poderia incendiar o Oriente Médio. Os Estados Unidos se envolveriam utilizando-se do Estado sionista e da anuência dos Estados árabes cúmplices de Israel. A operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 serviu apenas de estopim à ocupação da Faixa de Gaza e à expansão da anexação da Cisjordânia, que já estavam preparadas nos marcos da opressão nacional imposta aos palestinos-árabes a

76 anos atrás. A própria ação do Hamas refletiu o desespero diante das condições econômicas e sociais dos palestinos - cercados, vigiados e reprimidos pela poderosa força militar e policial do Estado sionista.

Na realidade, o ponto de partida da devastadora ocupação da Faixa de Gaza não foi a morte de 1.200 israelenses e a apreensão de 242 reféns pelo Hamas. A verdade é que a Faixa de Gaza já se encontrava sob o cerco asfíxiante, que havia tornado impossível a sobrevivência dos 2,2 milhões de palestinos ali confinados na forma de um campo de concentração. O braço armado do Hamas não tinha nenhuma possibilidade de enfrentar militarmente o Estado de Israel, por mais que tenha cavado túneis e se preparado para um combate. O significado real de sua ação está em que expressou a exasperada resistência histórica dos palestinos.

O percurso de implantação do Estado de Israel transparece seu caráter de opressão nacional, expansão territorial e anexação. Isso com a garantia militar, apoio financeiro e diplomacia imperialista dos Estados Unidos. Não se pode jamais esquecer que a implantação de Israel na Palestina se deu, principalmente, na Segunda Guerra Mundial. O genocídio praticado pelo regime burguês nazista de Hitler, certamente, avivou o movimento sionista. Mas, a causa principal se encontra na estratégia do imperialismo norte-americano e aliados de constituir um enclave no Oriente Médio nas condições de uma nova partilha do mundo, da qual fez parte a Palestina. Os recursos petrolíferos e a posição geoestratégica do Oriente Médio para o comércio mundial se tornaram fundamentais para os Estados Unidos montarem a sua hegemonia do pós-guerra.

A criação do Estado de Israel fez parte desse objetivo. As guerras das quais o Estado sionista saiu vencedor e os Estados árabes derrotados se deveram ao intervencionismo norte-americano e ao processo de controle imperialista da região. O equilíbrio de forças entre os Estados que compõem o Oriente Médio, desde o fim do Império Otomano com a Primeira Guerra Mundial, sempre foi instável e interrompido por guerras internas e externas. Em todos os casos, aparecem os interesses do imperialismo inglês, francês e norte-americano, sobretudo.

A tragédia que colocou a Faixa de Gaza no centro da crise mundial, ao lado da guerra na Ucrânia, é compreensível se tomada como parte da profunda crise por que passa o Oriente Médio. As guerras e convulsões não serviram para estabelecer um período de pacificação. Ao contrário, potenciaram os desequilíbrios. O que expõe o papel destrutivo do imperialismo saqueador.

Desde a crise econômica que eclodiu nos Estados Unidos em 2008, o capitalismo mundial se tornou mais convulsivo. A superprodução, o agigantamento do capital financeiro parasitário, o crescimento exponencial das dívidas públicas, o aumento relativo da desigualdade entre os países e o recrudescimento da miséria e fome entre as massas, de conjunto, esses fatores pesam a favor da guerra comercial, das disputas pelas fontes de matérias-primas e, assim, a favor das tendências bélicas que apontam para conflagrações mais amplas. Já se pode observar que a intervenção do Estado de Israel na Faixa de Gaza extrapolou o diminuto território palestino e força passagem para arrastar o Irã à guerra.

Os bombardeios no Líbano e o objetivo do governo Benjamim Netanyahu de liquidar o Hamas e o Hezbollah é parte da estratégia de guerra dos Estados Unidos dirigida ao Irã. O nacionalismo iraniano tem de ser varrido porque se choca com o domínio hegemônico dos Estados Unidos sobre o Oriente Médio. E, assim, se erige como adversário da política expansionista do Estado de Israel. No último período, a animosidade do imperialismo se potenciou diante das relações mantidas pelo Irã com a China e Rússia. Os Estados Unidos fazem a guerra no Oriente Médio, no momento, por intermédio do Estado de Israel, e, na Europa, com a Rússia, valendo-se da Ucrânia como bucha de canhão.

Na Faixa de Gaza, mais de 41 mil palestinos foram mortos e outros milhares mutilados. Na Cisjordânia, são mais de 600 perdidos a vida. Agora, no Líbano, em alguns dias de bombardeios e atentados terroristas com explosão de paggers e walkie-talkies cerca de 630 libaneses foram mortos. Dessa carnificina, uma grande quantidade é de crianças e mulheres. O rechaço de Netanyahu na 79ª Assembleia Geral da ONU aos apelos para cessar os bombardeios e a sua afirmação de que terá primeiro de cumprir o objetivo de arrebentar o Hezbollah teve como prêmio o anúncio de Biden de que entregará a Israel a ajuda militar de US\$ 8,7 bilhões. Esteve explícito o sentido da guerra voltada contra o Irã.

Neste mesmo ato de impulso militarista, os Estados Unidos premiaram Zelenski com US\$ 5,5 bilhões. A China e o Brasil foram execrados por levantarem a bandeira de uma cúpula entre Ucrânia e Rússia para discutir os termos de uma paz. A ONU, dividida e desmoralizada, mesmo assim, acabou servindo de palco para a exibição da disposição do imperialismo de alavancar ainda mais as tendências bélicas e recrudescer as guerras no Oriente Médio e na Europa.

Não se esperava que a ONU se orientasse em direção ao arrefecimento da crise mundial. O fundamental, no entanto, está em que o movimento de massa, que se ergueu no início da intervenção de Israel na Faixa de Gaza, retraiu-se favorecendo assim o avanço do genocídio do povo palestino e as descaradas manobras dos Estados Unidos para justificarem seu apoio direto à destruição e matança.

Não se pode, por outro lado, desconhecer que a paralisia da classe operária e dos demais explorados diante da guerra na Ucrânia facilitou aos Estados Unidos e à sua aliança europeia apertarem o cerco da OTAN à Rússia, bem como permitiu que a guerra se prolongasse e provocasse a ruína da Ucrânia e um brutal sofrimento de seu povo.

O recuo do movimento de massa pela defesa do direito à autodeterminação dos palestinos e a falta de desenvolvimento das pequenas mobilizações pelo fim da guerra na Ucrânia colocam pela negativa que sem a luta de classes encarnada pelo proletariado não se pode combater as guerras de dominação e a escalada militar. As massas mundiais, evidentemente, assistem o horror das duas guerras e a projeção da barbárie que emerge do capitalismo em decomposição.

Essa situação tão contraditória deve alertar a vanguarda com consciência de classe sobre o lugar da crise de direção nas condições em que as forças burguesas internacionais, encarnadas pelo imperialismo, preparam-se para uma possível guerra dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia e a China. Deve prestar a atenção na reativação do armamento nuclear.

Objetivamente, o proletariado se encontra diante da necessidade de erguer uma frente única anti-imperialista de enfrentamento às guerras, tendo por estratégia o programa da revolução social e como método a luta de classes. É preciso em meio a uma situação tão adversa aos explorados e aos povos oprimidos construir os partidos revolucionários e reconstruir o Partido Mundial da Revolu-

ção Socialista, a IV Internacional. Se a vanguarda com consciência de classe não progredir nesse sentido, a barbárie já experimentada pelas duas guerras mundiais se reproduzirá em proporção mais assombrosa.

Com esse Manifesto, o Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) participa das manifestações contra o genocídio na Faixa de Gaza, a matança no Líbano e a ameaça de guerra contra o Irã.

Pelo fim das guerras na Faixa de Gaza e na Ucrânia!

Pelo imediato cessar-fogo de Israel no Líbano!

Pela organização de uma frente única anti-imperialista para responder às guerras de dominação!

Que a vanguarda com consciência de classe se lance à tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista!

27 de setembro de 2024



LANÇAMENTO!

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



75 anos da Revolução Chinesa

Em 25 de outubro, a Revolução Russa completará 107 anos. Trinta e dois anos depois, portanto, em 1º de outubro de 1949, triunfou a Revolução Chinesa. Constituíram-se nos dois grandes acontecimentos históricos da primeira metade do século XX. Tiveram em comum a expropriação dos grandes proprietários, a nacionalização econômica, o estabelecimento das bases da economia planificada e a adoção do monopólio do comércio exterior. Assim, as revoluções russa e chinesa expressaram a transição do capitalismo ao socialismo. Para que o proletariado, tanto russo quanto chinês, derrubasse o poder dos exploradores foi necessário derrotar o imperialismo. Os confrontos anti-imperialistas se deram nos marcos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A interdependência da Revolução Russa e Chinesa se configura como um único processo da revolução mundial. Outras revoluções ocorreram ou foram derrotadas no mesmo terreno da luta mundial do proletariado e da maioria oprimida para se libertarem da escravidão capitalista. Pela dimensão das duas revoluções, romperam dois elos mais frágeis da cadeia mundial do capitalismo e da dominação imperialista. As revoluções do século XX, de conjunto, tendo à frente as revoluções russa e chinesa, assentaram, portanto, os fundamentos da transição do capitalismo ao socialismo.

A Primeira e Segunda Guerras Mundiais evidenciaram que o capitalismo da época imperialista – iniciado no final do século XIX – corresponde ao mais alto desenvolvimento das forças produtivas, que para se manterem e progredirem dependem da transformação histórica do regime social. As duas guerras mundiais se tornaram inevitáveis precisamente devido ao bloqueio das forças produtivas, que passaram a se chocar com as relações capitalistas de produção e distribuição, bem como com as fronteiras nacionais. Em contraposição, as revoluções proletárias deram início ao movimento histórico de superação das contradições do capitalismo, que levam à decomposição e destruição de forças produtivas.

Os choques e confrontações das potências imperialistas contra as transformações revolucionárias ocorrem no âmbito das relações mundiais. A Revolução Russa colocou para a classe operária e demais trabalhadores em toda a parte que a sua afirmação e sustentação passavam a depender, em grande medida, das revoluções socialistas. As derrotas do proletariado na Europa, entre as guerras mundiais, expuseram os perigos que corriam as conquistas da Revolução Russa. A vitória da Revolução Chinesa, ao contrário, enfraqueceu a dominação imperialista. Recolocou a projeção do internacionalismo proletário. Da unidade da revolução russa e chinesa - não só do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, mas também das ações voltadas a combater o cerco imperialista e a fortalecer o movimento mundial das massas -, dependia o avanço da transição do capitalismo ao socialismo ou de sua interrupção.

O objetivo estratégico do imperialismo era o de destruir os estágios alcançados pelas revoluções, o que implicava finalmente a

restauração capitalista. O sistema de economia plenamente estabulizada, nacionalizada, planificada e garantida sua independência pelo monopólio do comércio exterior teria de alguma forma ser desmoronado e, em suas entranhas, restabelecidas as relações privadas de propriedade e de economia de mercado. Esse caminho era o de reestruturar a burguesia interna, sujeita às determinações mundiais do capitalismo.

Os obstáculos e impedimentos à unidade revolucionária entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o Estado operário que se ergueu com a Revolução Chinesa logo se mostraram decisivos para os objetivos da contrarrevolução. Observa-se que a consolidação da burocracia estalinista e a degeneração do regime soviético foram fatais tanto para a nova ordem social criada pela Revolução Russa quanto pela Revolução Chinesa. Mais precisamente, durante e posterior à Segunda Guerra Mundial, a política de Stalin levaria a URSS a se sujeitar aos ditames da aliança imperialista conduzida pelos Estados Unidos.

A influência dessa política de convivência pacífica com as forças da contrarrevolução mundial comprometeria o Partido Comunista Chinês (PCC) e o seu regime político imediatamente burocratizado. Foi muito importante o apoio da URSS à organização da economia chinesa arruinada pela guerra imperialista e civil, mas os condicionamentos impostos pela ditadura burocrática soviética favoreceram as tendências nacionalistas do maoísmo.

A ruptura sino-soviética, que se gestou após a morte de Stalin em 1953 e se consolidou em 1969 na forma de conflito militar, serviu à estratégia do imperialismo de impulsionar as forças da restauração capitalista. Não foi preciso ir às últimas consequências com os métodos da guerra imperialista, apesar dos Estados Unidos terem se preparado para isso, lançado a “Guerra Fria” e criado a OTAN. Exploraram as contradições internas da economia fechada em suas fronteiras nacionais e cercada pelo poder do capital financeiro e monopolista internacional.

As ditaduras burocráticas sufocaram a organização da classe operária. Colocaram-se no campo da contrarrevolução mundial. O processo de restauração levou à liquidação da URSS, correspondendo à mais completa negação da Revolução Russa e internacional. Concomitantemente, armava-se o processo de restauração capitalista na China. Com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, a fração mais revisionista e pró-capitalista do Partido Comunista Chinês dá os passos mais decisivos no sentido da restauração.

A ascensão de Deng Xiaoping, restauracionista inveterado, como sucessor de Mao, estabeleceu o marco de subordinação da economia chinesa aos condicionamentos do imperialismo chefiado pelos Estados Unidos. Assim se passou porque no final do governo de Mao já se tomavam decisões no sentido de abrir a China para a penetração do capital externo. O plano de reformas de 1978, voltado ao estabelecimento da economia de mercado, abriu o caminho para o desmonte da economia nacionalizada, planificada e

protegida pelo monopólio do comércio exterior. As medidas restauracionistas se iniciaram pela remoção das comunas agrárias e foram às últimas consequências com a privatização das estatais consideradas não-estratégicas, estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais, abertura para a penetração do capital multinacional, criação do sistema financeiro, estruturação do mercado de capitais, ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) etc.

Essas mudanças profundas implicaram a migração forçada de milhões camponeses para os centros urbanos, liberação da força de trabalho a ser explorada, o fim do emprego vitalício, a formação de um exército de desempregados e os contratos temporários. Desenvolveram-se milhões de empresários, constituiu-se uma camada rica oligárquica e potencializou-se uma classe média consumidora. Assim, as reformas restauracionistas impulsionaram a exploração da força de trabalho e, portanto, as diferenciações e desigualdades sociais. Os baixos salários atraíram as multinacionais e permitiram expandir o empresariado chinês.

A China com uma população de mais de 1,4 bilhão, na atualidade, se tornou, a partir de meados da década de 1970, o epicentro dos interesses do capital financeiro e monopolista. A sua mais completa integração na economia mundial permitiu-lhe expandir seu gigantesco mercado interno e transformar-se em uma potência exportadora e importadora. A emergência da China como uma alavanca das forças produtivas comprimidas ao ponto de levar o imperialismo às duas grandes guerras se deu nas condições de estagnação e retrocesso das velhas potências europeias e dos Estados Unidos. Nos últimos quarenta anos, a Europa que detinha 26% do PIB mundial passou para 15%; e os Estados Unidos, de 21% para cerca de 16%; e a China em 1978 participava com apenas 1,7% (US\$ 149,5 bilhões), saltando para 16,9% (US\$ 17,8 trilhões) em 2023. Outros países asiáticos, como a Índia, também elevaram sua participação no PIB mundial.

O fundamental, porém, está em que a China deu um grande salto à frente em suas forças produtivas inserindo-se nas relações capitalistas mundiais e impulsionando a economia de mercado. O restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção e a liquidação das conquistas da revolução de 1949 foram levados a cabo pelas reformas pró-capitalistas da burocracia chinesa sob a direção do Partido Comunista, cujo nome deixou de corresponder à luta revolucionária do proletariado e campesinato que venceram o Kuomintang e derrotaram a intervenção imperialista. Desde as reformas de Deng Xiaoping, a China se destacou com um crescimento virtuoso quando a economia mundial se encontrava bloqueada e em declínio. As transformações ocorridas na China com a Revolução de 1949 acabaram por ser apropriadas pela burocracia do Partido Comunista e utilizadas para realizar o restabelecimento das relações capitalistas de produção em um nível superior ao que se encontrava o país anterior à revolução.

A restauração capitalista tanto na China quanto na ex-URSS serviu de válvula de escape para os impasses da economia mundial do pós-Segunda Guerra. A hegemonia norte-americana e seu objetivo de destruir as conquistas revolucionárias do proletariado em um primeiro momento pareciam assegurar o equilíbrio montado pelas potências imperialistas vencedoras da guerra. O espaço de crescimento econômico da China das últimas décadas vem se

esgotando. E ao mesmo tempo recrudescendo os choques com as barreiras montadas pelo imperialismo. A guerra comercial substituiu o período de aproximação e boa vizinhança da China com os Estados Unidos. O mesmo se passou com a Rússia que foi sendo apossada e cercada pela aliança imperialista que comanda a OTAN.

Neste momento, quando a Revolução Chinesa chega aos seus 75 anos e a Revolução Russa, aos 107 anos, o capitalismo se encontra mergulhado na decomposição - eleva a superexploração, aumenta o precipício entre a riqueza ultracentrada e a pobreza disseminada, retoma as tendências mundiais da guerra e impulsiona uma nova etapa da escalada militar. Na Europa, a guerra na Ucrânia, iniciada a quase três anos, tende a se generalizar. No Oriente Médio, a guerra desfechada na Faixa de Gaza, envolve cada vez mais toda a região. Na Ásia oriental, a guerra comercial dos Estados Unidos com a China reativa a escalada militar. No centro da tormenta, estão os Estados Unidos e sua aliança imperialista forjada durante e após a Segunda Guerra Mundial. O clima de confrontação dos Estados Unidos e aliados com a Rússia e a China atingiu o ponto de se ativar os programas nucleares. Os Estados Unidos agem no sentido de bloquear e retroceder a ascensão mundial da China e destroçar o que resta de controle da Rússia na Eurásia. A perspectiva é de aumento das tensões no campo dos interesses da burguesia e, em particular, do imperialismo.

O fracasso da convivência pacífica e a transformação da guerra comercial em choques militares entre Estados expõem o esgotamento do capitalismo e a impossibilidade de a restauração capitalista servir a seu rejuvenecimento. O genocídio na Faixa de Gaza, a expansão da guerra no Oriente Médio, o prolongamento da guerra na Ucrânia e o empenho dos Estados Unidos em bloquear as forças produtivas desencadeadas na China colocam objetivamente que o capitalismo envelhecido carrega em suas entranhas as revoluções proletárias e a sua transição para o socialismo.

Ao mesmo tempo, a classe operária e os demais explorados se encontram desorganizados, dispersos e controlados pelas variantes da política burguesa. O problema está em reerguer a vanguarda revolucionária, que deve assimilar as lições das Revoluções Russa e Chinesa e compreender os motivos históricos da atual crise de direção. Esse objetivo será assumido em meio à convulsiva situação mundial. A clareza programática e dos princípios fundados nas revoluções proletárias, principalmente na Revolução Russa, em que se forjou a coluna vertebral do marxismo-leninismo-trotskismo, é o guia para a vanguarda enfrentar a crise de direção, construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É o com o programa da revolução social que o proletariado combaterá o domínio imperialista e reagirá à restauração capitalista.

Os 75 anos da Revolução Chinesa e os 107 da Revolução Russa devem ser tomados como um momento para verificar o quanto é necessário não perder de vista as conquistas das revoluções proletárias e empreender a tarefa de reconstituir o campo da transição do capitalismo ao socialismo.

A seguir reeditamos o Manifesto de defesa da Revolução Chinesa nos seus 70 anos.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS



Viva os 70 anos da Revolução Chinesa



70 anos da Revolução Chinesa

Em 1º de outubro, a Revolução Chinesa completará 70 anos. Há uma enorme distância entre a China revolucionária dos anos de 1930 e 1940, e a China restauracionista da atualidade. O proletariado mundial e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista estão obrigados a assimilar a extraordinária experiência da conquista do poder pela classe operária e o campesinato.

Não é preciso insistir que toda revolução tem suas particularidades. Sem desprezá-las, este manifesto se limita a reivindicar as leis gerais da revolução proletária. A Revolução Chinesa foi proletária, embora tenha como particularidade a imensa presença das massas camponesas. É a esse conteúdo histórico que se refere a bandeira “Viva a Revolução Chinesa!”.

O processo de expropriação da burguesia expressa o programa da única classe socialista do capitalismo, que é o proletariado. A Revolução Chinesa, apesar de todas as contradições, abriu caminho para a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e iniciou uma transição ao socialismo. Nisso, em geral, se interrelaciona e compartilha com a Revolução Russa de Outubro de 1917. As diferenças quanto às particularidades objetivas das duas revoluções, e quanto às conquistas programáticas e teóricas, são sensíveis. O caráter e o conteúdo da revolução proletária, que criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não apenas romperam um elo da dominação capitalista, como iluminaram o caminho da Revolução Chinesa. Hoje, a URSS não mais existe, e a China se encontra profundamente condicionada pela restauração capitalista.

A restauração em ambos os países também tem suas particularidades. Mas, igualmente, se encontram ligados à degeneração burocrática do Partido Comunista Russo e do Partido Comunista Chinês. O comunismo nacional, regido pela tese estalinista da possibilidade de construção do socialismo em um só país, e da coexistência pacífica com o imperialismo, esteve na base da degenerescência do processo de transição ao socialismo, dos retrocessos nas conquistas revolucionárias, e do avanço das forças restauracionistas. Sobre o estalinismo e o maoísmo, pesam a responsabilidade histórica de se erguerem como antípodas ao internacionalismo proletário.

Não é correto, certamente, emblocar o estalinismo com o maoísmo, como se fossem um só ente. O estalinismo se gestou como um termidor da revolução proletária. Ergueu-se como uma tendência revisionista do marxismo-leninismo. O maoísmo não chegou a constituir um partido plenamente marxista-leninista, embora tenha se proclamado como tal. O fato de Mao Tsé-tung não ter assimilado em profundidade as formulações de Marx, Lênin e Trotsky, concretamente expressas na Revolução Russa, impossibi-

litou uma ruptura total com o nacionalismo. Assim, seja por motivos originados da necessidade do apoio da URSS à China, seja por convencimento de que Stalin era sucessor de Lênin, Mao acabou admitindo o estalinismo como uma influência benéfica para a revolução na China. O comunismo nacional e os interesses particulares das burocracias soviética e chinesa obstaculizaram constituir os laços internacionalistas das duas revoluções.

Não tendo uma base comum da transição para o socialismo, concluíram como adversários. O choque entre a URSS e a China, na década de 1960, quase resultou em uma guerra fronteira. Era inevitável que a emersão das forças restauracionistas não se limitasse a um dos países. Tanto na ex-União Soviética, quanto na China, estiveram colocadas a revolução política, como condição para restabelecer as bases das revoluções proletárias de Outubro de 1917, e Outubro de 1949. A sua inviabilidade franqueou passagem às tendências regressivas, tanto na URSS, quanto na China. É nessas condições que a classe operária e a vanguarda mundial devem fazer, das conquistas da Revolução Chinesa, um arsenal de luta pela derrocada do capitalismo, tanto quanto as da Revolução Russa.

Um dos fundamentos mais importantes, que se extrai da Revolução Chinesa, é o de que somente sob a revolução proletária é possível realizar as tarefas da revolução democrática em um país atrasado e submetido ao imperialismo. É o que se passou concretamente, embora o Partido Comunista Chinês, e seu principal dirigente, Mao Tsé-tung, não encarnassem programaticamente essa lei histórica. A experiência da Revolução Russa, no entanto, já a havia exposto e confirmado plenamente. Era previsível, portanto, que essa mesma lei estaria presente na Revolução Chinesa.

A queda da dinastia Qing, em 1911, resultou na constituição da República. Esteve à sua frente o criador do Kuomintang, Sun Yat-sen, que tem suas raízes no movimento de 1919. O nacionalismo do Kuomintang emergiu, assim, no processo de uma revolução burguesa. A república e os nacionalistas, porém, não foram capazes de realizar a revolução democrática, que continuou pendente. Em outras palavras, a China continuou submetida aos colonialistas, os camponeses permaneceram presos aos laços da servidão, e manteve-se a fragmentação do país.

O Kuomintang, já na origem, mostrou sua debilidade diante do imperialismo. Expressou, portanto, a incapacidade da burguesia nacional de liderar um movimento pela total independência nacional. Sem a luta consequente por essa tarefa, não era possível ir adiante com a revolução agrária e a centralização unitária do país.

O Partido Comunista foi fundado em 1921. É flagrante a influência da Revolução Russa e do bolchevismo. Dava-se um passo decisivo na revolução chinesa, que apenas começava, e que seguiria um caminho épico de luta de classes, em que se destacaram as revoltas camponesas. Ocorre que, nos levantes de 1925-27, o

estalinismo já influenciava os comunistas chineses a seguirem a concepção etapista da revolução democrática, separando-a como etapa independente da revolução proletária. Trotsky, em sua crítica à orientação do Comintern, dirigido por Bukarin, analisará amplamente os perigos da subordinação do partido comunista chinês ao Kuomintang.

O nacionalismo burguês já se encontrava esgotado, e agia no sentido contrário ao avanço da revolução democrática. A brutal repressão aos comunistas, que se encontravam no interior do Kuomintang, conhecida como “massacre de Xangai”, de 12 de abril de 1927, marcou a sangue o erro de caracterização do estalinismo sobre o nacionalismo, que comprometeria a estratégia e a tática. Erros esses que se originaram da concepção etapista da revolução.

A obstinação do general Chiang Kai-shek de liquidar o partido comunista chinês, seguindo as exigências dos senhores de terra, comerciantes e burguesia industrial nascente, levou a sua direção a deslocar suas forças para o campo. Essa separação abriu um longo período de guerra civil, que se encerrou com a derrocada do Kuomintang, em setembro-outubro de 1949. As revoltas camponesas abrigaram as forças de Mao Tsé-Tung, que recorreram à guerrilha diante dos feudais (latifundiários, senhores de guerra), e do exército de Chiang Kai-shek. O partido comunista se separava prematuramente da classe operária, que se desenvolvia nos grandes centros, como Xangai. Teve de aprender a combater com o método da guerrilha, de base agrária.

Em 1934, Chiang Kai-shek conquistou posição, e obrigou os comunistas a se deslocarem, na conhecida Grande Marcha. A dura experiência mostrou que não era possível vencer o exército do Kuomintang com as formas e os métodos da guerra regular. Reforçou a linha de Mao sobre o combate por meio da guerrilha. O Exército Vermelho, que, em 1937, se tornou Exército Revolucionário Nacional, passaria a utilizar, tanto a guerrilha, quanto a guerra convencional. Nesse embate, se encontram as particulares lições da Revolução Chinesa.

A ofensiva do Japão sobre a China não desviou o objetivo de Chiang Kai-shek, de esmagar as forças comandadas pelo partido comunista. O que frustrou a tentativa de sua direção, de estabelecer um acordo com os nacionalistas, que a essa altura tinham por trás de si o imperialismo norte-americano. Não faltou a iniciativa de Mao Tsé-tung para convencer o Kuomintang a formar um governo de coalizão. Inclusive, a direção do partido recorreu aos Estados

Unidos, procurando uma aliança contra o Japão. Também fracassou. O máximo que se obteve foi um arrefecimento da guerra civil, entre 1937 e 1945. Não houve outra via, senão combater em duas frentes: o imperialismo japonês e o nacionalismo chinês, já completamente desfigurado.



O Exército Revolucionário Nacional se fortaleceu no combate anti-imperialista. Passou a contar com amplo apoio das massas. Em 1943, Stálin ordena a extinção da III Internacional. Desarma a luta mundial do proletariado. Na China, Chiang Kai-shek se prepara para uma nova

A negativa de Chiang Kai-shek em estabelecer um governo democrático-burguês com a participação dos comunistas, tipicamente de frente popular, e as condições sociais e militares a favor do Exército Revolucionário Nacional, permitiram a ofensiva final da revolução.

ofensiva contrarrevolucionária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ameaça japonesa estava superada. Chegava, portanto, a hora de recrudescer a guerra civil. Mesmo assim, o partido comunista insistiu em uma solução pacífica de poder, propondo a formação do governo de coalizão. O que seria um governo de conciliação de classes, tendo por trás as potências, principalmente os Estados Unidos. O fracasso dessa via levou ao desfecho final entre a revolução e a contrarrevolução.

A negativa de Chiang Kai-shek em estabelecer um governo democrático-burguês com a participação dos comunistas, tipicamente de frente popular, e as condições sociais e militares a favor do Exército Revolucionário Nacional, permitiram a ofensiva final da revolução. Em fevereiro as frentes de combate dos comunistas ganharam terreno, e em setembro a vitória estava assegurada. Em 1º de outubro 1949, foi constituída a República Popular da China.

Viva os 70 anos da Revolução Chinesa! Abaixo a restauração capitalista!

O futuro da humanidade está na sociedade sem classes!

China recorre ao endividamento público para impedir a contração econômica em meio à guerra comercial com EUA

No segundo trimestre de 2024, a economia chinesa cresceu 4,7%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Segundo analistas e o próprio governo, o crescimento veio abaixo do esperado. Especialistas passaram a falar de uma desaceleração econômica mais acentuada do que a prevista. Os índices da economia acenderam a luz vermelha no governo que reuniu o Politburo do PCCh e adotou um pacote de medidas de grande alcance para que a economia cumpra a meta de crescimento de 5% este ano.

Nos últimos 5 anos, a economia chinesa teve uma expansão média de 4,9% contra quase 7% no quinquênio 2014-2018. Em 2019, o ano anterior à pandemia, a China cresceu 6,1% e em 2020, atingida pela covid-19 e os múltiplos lockdown, apenas 2,3% (o pior

desempenho em 44 anos); em 2021, seguindo a tendência mundial de recuperação, cresceu 8,1%, mas nos anos seguintes voltou a decrescer: apenas 3% em 2022 e 5,2% em 2023. A queda contínua no PIB, com o menor nível de ampliação das forças produtivas reflete os impasses do mercado interno, o esgotamento do mercado mundial e a virulenta guerra comercial movida pela Casa Branca.

Em 2019, pressionado pelo gigantesco déficit comercial, pela perda de competitividade e pela acentuada desindustrialização, o governo Trump aplicou um pacote de medidas anti-China, aumentando tarifas de 10% a 25% num montante de US\$ 200 bilhões em produtos. Em 2024, foi a vez de Biden aprovar uma nova rodada de sanções que alcançou diversas áreas (do alumínio a carros

elétricos) além de empresas chinesas. Em seguida, foi impulsionada a cruzada mundial para impedir o acesso da China a modernos semicondutores com o objetivo de atingir sua indústria tecnológica. Fez parte deste processo o banimento da Huawei e ZTE do mercado norte-americano em 2022. Como resultado desses esforços, o comércio bilateral despescou 25% em 2023 e a China perdeu o posto de maior vendedora mundial aos EUA, para o México e o Canadá.

No que diz respeito ao mercado interno, este passou a ser a grande aposta do governo chinês como motor do PIB. Apesar de suas dimensões ciclópicas, o consumo nacional sofreu um grande abalo com a crise imobiliária (até hoje não dissipada) que atingiu a Evergrande e se alastrou por outros os setores, registrando ainda forte deflação e uma persistente retração das compras. Foi diante deste quadro que o governo de Xi Jinping concluiu por uma nova intervenção, lançando mão da tradicional ferramenta do endividamento público. Com grande pompa, o presidente do banco central chinês (PBOC), Pan Gonseng, lançou, no final de setembro, o maior pacote de estímulos deste a pandemia. Entre as principais medidas estão: a) redução dos depósitos compulsórios dos bancos (o que permite mais dinheiro em circulação); b) redução das taxas de hipotecas (que, segundo o governo, atingirá mais de 150 milhões de pessoas aumentando seu crédito); c) programa de swap com 500 bilhões de yuans para corretoras, fundos e seguradoras usarem na compra de ações de empresas chinesas e d) empréstimo subsidiado de 300 bilhões de yuans para bancos comerciais usarem na compra e recompra de ações nas bolsas chinesas.

O anúncio derrubou o dólar e fez disparar as bolsas na China e em mercados asiáticos. Inúmeros índices e ganhos superaram o patamar de 2008, com festejo por parte dos investidores internacionais. Agências de classificação de risco, contudo, têm chamado a atenção para os efeitos especulativos das vendas a descoberto (venda de ativos esperando valorização para posterior recompra)

que passaram a ganhar projeção assim como o crescimento dos investimentos de fundos Hedge (os mais especulativos que existem). A dívida pública da China também tem começado a “preocupar” o FMI. Com cerca de 15 trilhões de dólares ou 83,6% do PIB em 2023, a projeção é de crescimento com perspectivas de ultrapassar os 110% do PIB até 2030.

A China encontra-se em profundo estágio de restauração capitalista. E é, em razão disto, que sua economia vai dependendo, cada vez mais, do livre fluxo de capitais, dos investidores privados (nacionais ou estrangeiros), e inclusive dos fundos especulativos. É completamente verossímil a ideia de que o governo atingirá sua meta de crescimento. O que importa, contudo, é que o país dá claros sinais de esgotamento de sua outrora pujante expansão e, tal como os demais países capitalistas, precisa recorrer ao endividamento público para sustentar a economia. É preciso que se diga que o aumento do déficit fiscal e da dívida pública servem à restauração capitalista e ao impulso das forças capitalistas, ávidas de lucros. Subordinada ao mercado mundial e ao capital financeiro, a China volta a sofrer todas as instabilidades próprias da economia de mercado, inclusive a disputa feroz por mercados, o que a coloca em rota de colisão com o imperialismo norte-americano. Os impasses da economia chinesa são os impasses próprios do capitalismo em crise agônica que vive o choque das forças produtivas com as relações de produção e as fronteiras nacionais.

O proletariado, por sua vez, tende a suportar cada dia mais a superexploração, a ausência de direitos e mesmo o desemprego massivo. Não há alternativa para os explorados senão iniciar imediatamente a construção do partido marxista-leninista-trotskista, que encarne o programa da tomada do poder para reverter o processo de restauração, recuperar as conquistas da revolução de 1949 e projetar a revolução mundial. Superar a crise de direção e reconstruir a IV Internacional é a tarefa fundamental colocada pelo momento.

Argentina

Publicamos abaixo a convocatória do Partido Operário Revolucionário da Argentina para a manifestação contra as medidas antioperárias e antipopulares da ditadura civil de Javier Milei.

Milhares de manifestantes ocuparam as ruas da capital e cidades do interior da Argentina.

TODOS À MARCHA EM 2 DE OUTUBRO

Organizemos desde as bases a participação massiva
Quebremos todos os protocolos repressivos, debatamos como prosseguir com o plano de luta

Para o Governo, a educação, a ciência e a tecnologia não são essenciais, nem a saúde, a habitação, o emprego, o salário e a aposentadoria

Para o governo, o essencial é pagar a dívida externa fraudulenta e garantir o saque do país por um punhado de corporações

Estão nos empurrando para uma catástrofe social, como mostram as terríveis taxas oficiais de pobreza e indigência. Este governo representa menos de 1% da população que se beneficia de suas políticas, são os Eurnekian, Roca, Elsztain/IRSA, etc., as empresas petrolíferas, as mineradoras, as grandes corporações que domi-

nam a economia nacional. Para eles toda a liberdade de aumentar os preços e seus lucros, para eles redução e eliminação de impostos, para eles lavagem e perdão de seus crimes fiscais. O centro de sua política é gerar um superávit fiscal para mostrar que ele será capaz de comprar os dólares para pagar a dívida externa e que

evitará o calote. Essas políticas potencializam a submissão semi-colonial do país.

Milei expressa uma tendência mundial que busca arrancar todos os direitos e conquistas dos trabalhadores e promove a pilhagem ilimitada de nossos recursos. Essa tendência pisoteia até mesmo suas formas democráticas de dominação e adota formas ditatoriais e autoritárias que se sobrepõem às suas instituições, suas leis e precisam usar a força do Estado para quebrar a resistência que pode encontrar às suas políticas, ilegalizando as protestas, reprimindo, eliminando sindicatos e os movimentos de luta.

Milei é a expressão de um capitalismo esgotado que nos afunda na barbárie, com desemprego e pobreza crescente, com guerras e pilhagem em todo o mundo. Se alinhou com os governos e partidos que melhor expressam essa barbárie. Está ao lado de Netanyahu e Israel no genocídio desenfreado contra o povo palestino e na guerra que está travando no Líbano e nas potências que financiam e armam um ataque tão selvagem. Pede para se juntar à OTAN junto com nossos carrascos das Malvinas. Ele apóia Zelensky, um peão dos EUA e da OTAN, que transformou a Ucrânia em bucha de canhão contra a Rússia.

O governo privilegia o pagamento da dívida fraudulenta, da qual algumas dezenas de empresas e empresários se beneficiaram. E querem que todos nós paguemos por isso. Reiterou isso explicitamente em sua mensagem de 15 de setembro apresentando o orçamento nacional.

O governo anunciou seu veto à Lei de Financiamento Universitário aprovada no Congresso em 13 de setembro, que ajusta o financiamento às universidades de acordo com a inflação. O orçamento nacional para 2025 destina 3,8 bilhões para as universidades, metade do valor exigido pelo Conselho Interuniversitário Nacional (CIN), que havia apresentado um orçamento de 7,2 bilhões para despesas salariais, de pesquisa, extensão e gastos correntes.

O anúncio do veto faz parte de um ataque geral à educação, ciência e pesquisa públicas. Junto com isso está a suspensão da Lei de Financiamento da Educação que garantia 6% do PIB para o ensino médio e inicial, somando a Nação e as províncias. Também a suspensão dos pisos de financiamento estabelecidos na Lei 27.614 sobre o Financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A política do governo, expressa no orçamento de 2025, é a imposição do imperialismo que não tolera a menor tentativa de desenvolvimento nacional. Tanto a Lei de financiamento educativo, universitário quanto o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação expressam a continuidade da política educacional e científica do nacionalismo burguês que não tem sido capaz de usar a capacidade científica do país para resolver os grandes problemas nacionais e que tem submetido a investigação aos interesses das multinacionais. Um sistema que se sustenta sobre a base da precarização trabalhista (remuneração em forma de bolsas, professores voluntários, terceirização), autofinanciamento que empurra para a privatização. Um sistema que oferece aos alunos uma educação repetitiva à margem da produção social.

Destruir o que resta da ciência pública, da universidade e da educação é um antigo desejo da classe dominante. Eles não conseguiram avançar mais por causa das ferozes lutas dos trabalhadores e da juventude em sua defesa. Hoje, o imperialismo, através de Milei, ameaça novamente desmantelá-los, minando ainda mais as condições para ser um país soberano. A este plano de desmantelamento opomos a luta para acabar com a descentralização do orçamento e com a educação privada para estabelecer um sistema único de educação estatal.

É por isso que é tão importante que os trabalhadores da educação, jovens, centros estudantis, sindicatos, a centrais sindicais, os organismos de direitos humanos, etc. se mobilizem unitariamente em 2 de outubro na Marcha Federal para deter o ataque do governo e dos empresários. Como em abril, centenas de milhares de pes-

soas sairão às ruas para dizer: Isso não pode continuar mais assim!

Hoje temos a tarefa urgente de defender a educação, a ciência e a tecnologia. Essa defesa é limitada sem um balanço de que classe se beneficiou. Todas as variantes patronais sustentaram a sujeição nacional e tem expressão nas escolas, nas universidades e nos conselhos superiores. Defender a universidade é debater que orientação devemos dar-lhe, como garantir que esses recursos beneficiem todos os oprimidos e não apenas os empresários. É o que entra em disputa no campo da autonomia universitária. É a política da classe operária de planejamento da produção, que pode usar todo o potencial da ciência argentina para resolver os grandes problemas nacionais.

Esta convocação é a expressão da predisposição das massas para sair à luta, apesar da passividade das direções sindicais. A continuidade das lutas setoriais obrigou a burocracia que dirige a CGT a se juntar a esse chamado quase no último minuto. A burocracia sindical procura conter esse movimento, orientá-lo e, assim, impedir qualquer tentativa das bases de se organizarem de forma independente.

Esse enorme movimento é muito mais do que a defesa da universidade pública, do salário dos professores e do orçamento. Sua extensão massiva e nacional concentra todas as demandas democráticas, nacionais e sociais que a burguesia não pode resolver e busca sufocar. É por isso que haverá uma presença massiva de jovens e aposentados, trabalhadores de diferentes sindicatos e movimentos sociais.

As diferentes frações da burocracia que dirigem a CGT e as CTAs tentarão nos convencer de que há uma saída dentro do capitalismo e de sua legalidade. Advertimos que não será votando que vamos derrotar essas políticas. Não queremos substituir um Milei por outro semelhante ou semelhante aos anteriores. Não queremos mais frustrações. Que não nos venham com a repetida história de escolher o menos pior. Quarenta anos de eleições e formas mais ou menos democráticas serviram para tirar um grande número de nossos direitos, para subjugar mais o país, e tudo em nome da sacrossanta democracia. Enquanto isso, o poder real permaneceu nas mãos dos mesmos que sob a ditadura genocida. Esses que buscam restabelecer uma ditadura aberta, avançando cada vez contra as liberdades democráticas que temos que defender nas ruas.

É necessário apontar abertamente esses perigos porque essas greves e essas mobilizações, por mais poderosas e unitárias que sejam, estão orientadas por essas ilusões. Esse movimento tem que abrir caminho de forma independente, romper todas as barragens de contenção, superar todas as limitações de suas ilusões, tomar consciência de que só pode triunfar se confiar em seus próprios métodos de luta e organização, em sua própria política, que visa derrubar o poder das corporações que ditam a política.

Os métodos para que esse movimento adquira independência são os métodos históricos da classe operária. Professores, estudantes, pesquisadores temos que fortalecer nossas assembleias para discutir os próximos passos a seguir, construir o plano de luta a partir de baixo, aprofundar politicamente os debates e assim dar uma perspectiva radical a essa luta.

Esses movimentos devem ser estruturados em torno de uma frente única anti-imperialista que lute pela libertação de nosso país rompendo com o FMI e seu programa, suas auditorias e imposições, que rompa com todos os acordos diplomáticos e militares com o imperialismo, que imponha o protecionismo à nossa indústria, sob controle operário; que lute pela nacionalização do comércio exterior e dos bancos; pela recuperação de rios e portos, as jazidas e indústria de hidrocarbonetos desde a exploração à comercialização; expropriar todas as fontes de energia e sua distribuição; e a terra nas mãos da oligarquia. De lá virão todos os recursos para planejar a economia a serviço da maioria oprimida. Somente com essa política poderemos desbloquear as forças produtivas e começar a resolver os problemas mais urgentes.

(Partido Operário Revolucionário da Argentina)

O jornal Massas vem publicando documentos de Trotsky sobre os Processos de Moscou. O assassinato de praticamente toda direção do Partido Bolchevique fez parte da perseguição da camarilha de Stalin contra a Oposição de Esquerda. A decapitação dos dirigentes históricos expressou a implantação da ditadura bonapartista e da vitória do termidor. Esses documentos têm enorme importância porque analisam o fenômeno da burocratização do Estado operário e sua destruição pela contrarrevolução restauracionista, que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Prólogo aos crimes de Stalin¹

5 de julho de 1937

¹ Prólogo de Os Crimes de Stalin. Traduzido do francês para a primeira edição por A.L. Preston.

A revolução, no seu período de ascensão, pode ter sido cruel e brutal, mas foi honesta. Expressava seus pensamentos de viva voz. A política de Stalin é mentirosa. É aí que se revela que seu pensamento é reacionário. A reação mente porque deve esconder seus verdadeiros objetivos do povo. A reação montada sobre uma revolução proletária mente duplamente. Pode-se dizer, sem medo de exagero, que o regime termidoriano de Stalin é o regime mais mentiroso da história. Faz quatorze anos, o autor dessas linhas tem sido o principal alvo das mentiras termidorianas.

Até o final de 1933, a imprensa de Moscou e sua sombra, a imprensa da Internacional Comunista, me retratam como um agente norte-americano ou britânico e me chamaram de Mister Trotsky. No Pravda de 8 de março de 1929, há um artigo dedicado a demonstrar que eu era um aliado do imperialismo britânico (naquela época Moscou não falava de “democracia britânica”), ao mesmo tempo em que estabelecia meu total acordo com Winston Churchill. O artigo concluía com as seguintes palavras: “Agora entendemos por que a burguesia lhe paga dezenas de milhares de dólares!” Naquela época eram dólares... não marcos alemães!

Em 2 de julho de 1931, o Pravda publicou documentos grosseiramente falsificados – os esqueceriam no dia seguinte – para me denunciar como aliado de Pilsudski e defensor do tratado pirata de Versalhes. Naquela época, Stalin não defendia o status quo, mas a “libertação nacional” da Alemanha. Em agosto de 1931, Les Cahiers du bolchevisme, publicação teórica do Partido Comunista Francês, denunciou a existência de “uma frente única que vai ... de Blum, Paul-Boncour e o estado-maior francês, por um lado, a Trotsky, por outro”². Eu seria um aliado leal dos países da Entente!

Em 24 de julho de 1933 – Hitler já havia se consolidado no poder na Alemanha – cheguei à França via Marselha; o governo Daladier me concedeu um visto. De acordo com as declarações retrospectivas dos julgamentos de Moscou, eu estava preparando a derrota da URSS e da França. No julgamento de Radek-Piatakov de janeiro de 1937, foi “provado” que, no final de julho de 1933, tive uma entrevista no Bois de Boulogne com Vladimir Romm, correspondente da agência Tass, a fim de criar, por meio dele, um elo entre os terroristas russos e Hitler e o Mikado³. L’Humanité⁴ não o questionou; no dia da minha chegada, denunciou minhas relações secretas com o Sr. Daladier. “Ao permitir as intrigas dos emigrados brancos e ao convidar Trotsky”, diz o jornal de Stalin-Cachin-Thorez, “a burguesia francesa mostra qual é a sua verdadeira política em relação à URSS: discute por necessidade, sorri por obrigação, mas nos bastidores ajuda e apóia os sabotadores, intervencionistas, conspiradores, caluniadores e renegados da revolução... Des-

de França, deste caldeirão anti-soviético, ele pode atacar a URSS... É um ponto estratégico! Para isso vem Mister Trotsky.” Todas as fórmulas do promotor Vyshinsky estavam lá, com uma diferença: nessa atividade criminosa eu agiria de acordo com a burguesia francesa, não com o fascismo alemão.

Mas talvez o infeliz L’Humanité não estivesse informado? Não! O órgão de Stalin em Paris expressava muito bem as posições de seu patrão. As pesadas ideias da burocracia moscovita se recusavam a deixar a órbita a que se acostumaram. A aliança com a Alemanha, independentemente do regime interno daquele país, era um axioma da política externa soviética. Em 13 de dezembro de 1931, Stalin disse ao escritor alemão Emil Ludwig que: “Se falamos de nossa simpatia por qualquer nação, nos referimos, logicamente, aos alemães ... Nossas relações com a Alemanha são tão amistosas hoje quanto sempre foram.” Stalin foi imprudente o suficiente para acrescentar: “Alguns políticos declaram ou prometem uma coisa um dia, apenas para esquecê-la no dia seguinte, sem nem mesmo corar. Nós não podemos agir dessa maneira.”

É verdade que ele seguia a época de Weimar. Mas a vitória do fascismo não alterou a orientação de Moscou. Stalin se esforçou para obter a boa vontade de Hitler. No órgão governamental Izvestia de 4 de março de 1933, lemos que a URSS é o único país do mundo que não sente hostilidade em relação à Alemanha, “independentemente da forma e composição do governo do Reich”. Le Temps de 8 de abril diz: “A opinião pública europeia está extremamente preocupada com o advento do Sr. Hitler e faz muitos comentários sobre ele; enquanto isso, a imprensa de Moscou permanece em silêncio.” Stalin deu as costas à classe operária alemã para tentar ganhar a amizade do vencedor.

O quadro resulta claro. Quando, de acordo com a versão retrospectiva inventada a posteriori, eu deveria organizar minha colaboração com Hitler, a imprensa de Moscou e a Internacional Comunista me apresentaram como um agente da França e do imperialismo anglo-saxão. Tornei-me aliado dos alemães e japoneses, quando Hitler rejeitou a mão cordial de Stalin e o forçou a buscar a amizade das “democracias ocidentais”, contrariando seus planos e cálculos anteriores.

As acusações feitas contra mim foram e são apenas um complemento das evoluções diplomáticas de Moscou. As várias mudanças de curso imputadas a mim não tiveram a menor participação de minha parte. No entanto, há uma diferença importante entre as duas versões opostas, embora simétricas, da calúnia. A primeira, que me tornou um agente da Entente, tinha um caráter puramente literário. Os caluniadores caluniavam, os jornais espalhavam o

2 Joseph-Paul Boncour (1873-1972): Socialista de direita francês até 1931, foi primeiro-ministro em 1932-33 e ministro das Relações Exteriores no segundo governo de Blum.

3 Antigo termo japonês para “imperador” e, mais especificamente, para o Imperador do Japão significando “porta sublime”.

4 L’Humanité é um diário francês, fundado em 1904 pelo dirigente socialista Jean Jaurès. Em 1920, após a separação entre a SFIO e o Partido Comunista Francês, o L’Humanité passou a ser o órgão oficial deste último.

veneno, Vyshinsky ainda não havia saído das sombras. É verdade que a GPU fuzilou alguns militantes da oposição, acusando-os de espionagem; mas esses foram assassinatos experimentais, onde as vítimas eram indivíduos desconhecidos. Enquanto isso, prosseguia a educação dos magistrados investigadores, juizes e carrascos de Stalin. Precisava de tempo para levar a burocracia a um grau de desmoralização e a opinião pública mundial a um grau de degradação que lhe permitisse montar as monstruosas fraudes judiciais contra os trotskistas.

Os documentos permitem acompanhar a evolução dos preparativos em todas as suas etapas. Mais de uma vez, Stalin enfrentou uma resistência que o forçou a recuar e depois continuar suas atividades de maneira mais sistemática. Seu objetivo era criar uma guilhotina que agisse automaticamente contra qualquer opositor da camarilha dominante: quem não apoia Stalin é um agente pago pelo imperialismo. Este esquema grosseiro, temperado com rancor pessoal, corresponde inteiramente ao espírito de Stalin. Dir-se-ia que ele não duvidou por um momento que as “confissões” de suas vítimas convenceriam o mundo e consolidariam a inviolabilidade do regime totalitário. As coisas não ocorreram assim. Os julgamentos se voltaram contra Stalin. Isso não se deve tanto à natureza grosseira das fraudes, mas ao seguinte fato: o desenvolvimento do país não aguentou mais a garra burocrática. A pressão das crescentes contradições forçou Stalin a expandir constantemente o raio da fraude. O expurgo sangrento continua, sem mostrar sinais de chegar ao fim. A burocracia devora a si mesma e clama freneticamente por maior vigilância. É o grito de um animal mortalmente ferido.

Lembremos mais uma vez que todos os membros do Politburo da época de Lênin – a única exceção é Stalin – estão no topo da lista de traidores: entre eles estão o ex-chefe da defesa do país durante a guerra civil, dois ex-dirigentes da Internacional Comunista, o ex-presidente do Conselho dos Comissários do Povo, o ex-presidente do Conselho de Defesa e Trabalho, o ex-chefe dos sindicatos soviéticos, muitos membros do Comitê Central e do governo. Se diz que Piatakov, chefe da indústria pesada, organizava a sabotagem, Lifshits, vice-comissário do povo dos transportes, era agente do Japão e organizador dos descarrilamentos; Iagoda, comandante supremo das forças de segurança, era um criminoso e um traidor; Sokolnikov, o vice-comissário do povo para as Relações Exteriores era um agente da Alemanha e do Japão, junto com Radek, o jornalista mais influente do regime. Mais ainda, todo o alto-comando do exército estava a serviço do inimigo. O marechal Tukhachevsky, recentemente enviado à Inglaterra e à França para se familiarizar com as mais recentes técnicas militares, vendeu segredos para a Alemanha...; Gamarnik, chefe político do exército, era um traidor. Recentemente, representantes dos exércitos francês, inglês e tchecoslovaco prestaram homenagem à capacidade organizacional de Iakir, pela forma como conduziu as manobras militares na Ucrânia. Este Yakir estaria preparando a conquista da Ucrânia por Hitler. O general Uborevich, responsável pela defesa na Frente Oci-

dental, preparava-se para entregar a Rússia Branca ao inimigo. Os generais Eidemann e Kork, ex-comandantes da Academia Militar, comandantes destacados na guerra civil, instruíam seus alunos a obter derrotas, não vitórias. Dezenas de oficiais superiores menos conhecidos, mas não menos importantes, são acusados de traição. Os destruidores, sabotadores, criminosos e espiões realizaram seu trabalho criminoso por anos. Mas se os Yagodas, Piatakovs, Sokolnikovs, Tukhachevskys e demais eram espiões, de que adiantam os Stalins, Voroshilovs e outros “líderes”? De que serve exigir-lhe vigilância de um Birô Político que deu provas de tanta cegueira e falta de realismo?

O último expurgo desacreditou o regime a tal ponto que a imprensa mundial se pergunta seriamente se Stalin não enlouqueceu. É uma hipótese muito simplista! Primeiramente, foi dito que Stalin devia seu triunfo ao seu intelecto brilhante. Mais tarde, quando os reflexos da burocracia se tornaram convulsivos, os admiradores de ontem começaram a se perguntar se o líder não havia enlouquecido. As duas avaliações são igualmente falsas. Stalin não é um “gênio”. Num sentido literal, ele nem mesmo é um homem inteligente, se inteligência significa a capacidade de apreender fenômenos em suas correlações e desenvolvimento. Mas ele também não é louco. A onda de Termidor o ergueu em sua crista. Acreditou que a fonte de sua força estava nele próprio. A casta de arrivistas que o proclamava um gênio rapidamente se corrompeu e desmoralizou. A terra da Revolução de Outubro exige uma mudança de regime. A situação da camarilha dominante não lhe permite ter uma política racional. A loucura não é de Stalin, mas de um regime que esgotou suas possibilidades. Essa explicação não justifica moralmente Stalin de forma alguma. Sairá de cena como um dos personagens mais sujos da história da humanidade.

Este livro foi escrito em partes e em várias circunstâncias. Em princípio, deveria ser uma refutação do julgamento de Zinoviev e Kamenev (agosto de 1936). Mas o autor não pôde continuar o trabalho devido à sua prisão na Noruega. Consegui retomar o manuscrito ao cruzar o Atlântico num navio-tanque. Apenas cheguei ao hospitaleiro México e comecei a organizar meus papéis, comecei o julgamento de Piatakov e Radek; isso merecia uma análise detalhada. Enquanto criticava os julgamentos de Moscou, tive tempo de reunir materiais para a pesquisa jurídica conduzida pelo comitê de Nova York que assumiu minha defesa. Boa parte deste livro é o discurso que pronunciei diante da Comissão de Investigação que veio de Nova York ao México em abril para ouvir minha versão dos fatos. Finalmente, quando já estava entregando o manuscrito aos editores, as agências de notícias anunciaram a prisão e execução dos generais mais proeminentes do Exército Vermelho. Por isso, a estrutura do livro acompanha os acontecimentos muito de perto. Acrescento que, ao escrever estas páginas, tive de observar mais de uma vez quão limitado é nosso vocabulário e o alcance de nossos sentimentos diante da monstruosidade dos crimes cometidos em Moscou!

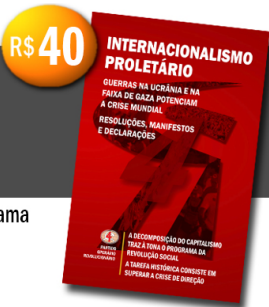
LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



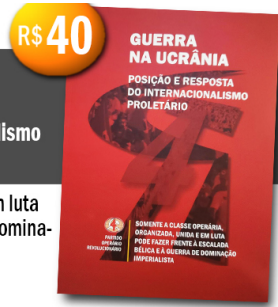
LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo I, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de

restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a carac-

terização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 19137), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há, no entanto, considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao México ao Dia”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938.

No tomo IX, 1937-1938, vol. 2, Trotsky não dedica nenhum documento voltado especificamente para a questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. Seleccionamos algumas passagens em que a questão é tratada.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**



Observação

Entre os dias 20 e 25 de março de 1938, realizaram-se discussões de Trotsky com a direção do Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP), dos Estados Unidos, em torno à preparação da Conferência de Fundação da IV Internacional. O SWP se configurou definitivamente em um partido em dezembro de 1937. O documento “Discussões com Trotsky” (I, II e III) tem a forma de colocações dos representantes do SWP, Cannon e Schachtman. Trotsky relata que ocorrera discussões nas seções sobre os acontecimentos na Espanha, a guerra sino-japonesa, o caráter de classe da União Soviética etc. Houve divergências e divisões, principalmente na seção Alemã.

O projeto de programa estava sendo preparado por Trotsky. Teria o caráter de um programa de transição da revolução socialista. De passagem, como citação, refere-se ao controle operário da indústria, abolição do segredo comercial, resposta à situação dos países coloniais e semicoloniais, ao problema da guerra imperialista e à compreensão sobre a democracia burguesa e o fascismo. Trotsky fez menção à presença de posições sectárias e oportunistas nas seções, como na Bélgica, Holanda, Espanha, Inglaterra (Comitê de Londres) e mesmo na França. Esse quadro indicava a debilidade da IV Internacional, que seria logo mais fundada (3 de setembro de 1938).

A primeira discussão, portanto, se ateve, em boa parte, no informe da situação das seções. Trotsky reconhece: “Naturalmente, como uma Internacional débil, mas somos uma Internacional. Será forte por nossa própria ação e não por manobras com outros grupos. Naturalmente, podemos atrair outros grupos intermediários, mas isso seria secundário. A linha geral é o nosso próprio desenvolvimento”. (...) “Entendo que a Conferência tem de formular sua linha política e dizer a todos: aqui está nosso programa e nossa plataforma. Aqueles que estão conosco que o façam sobre essas bases. Os outros que sigam o seu caminho”. Nessa primeira discussão, Trotsky apenas informa que questões como “o caráter de classe da União Soviética, a guerra sino-japonesa e o problema da Espanha já tinham sido discutidos por todas as seções”.

Na segunda discussão, não se tratou do caráter da União Soviética. Concentrou-se no reconhecimento da necessidade de combater os vacilantes que obstaculizavam a constituição da IV Internacional.

Na terceira, aí sim veio à tona o lugar de Stalin na degeneração da democracia soviética. Trotsky informa sobre o seu estudo quanto às condições econômicas e sociais da URSS, que serviu para a elaboração do livro “A Revolução Traída”. Relata que teve de recorrer a dados “dos periódicos locais”, porque eram a única fonte de que dispunha. Menciona o significado da perseguição política que desembocou nos Processos de Moscou. Diz: “É difícil precisar as diferenças políticas da burocracia mas há um bom indicador que se reflete nos Processos de Moscou. Alguns desejam restaurar o capitalismo; outros estão contra ele. As acusações têm um significado simbólico”. Schachtman pergunta: “Discutimos muitas vezes entre nós, como é que Stalin não foi assassinado na última época”. No

fundo da pergunta, se encontrava o problema do método da luta política contra o estalinismo. Assim, Trotsky explica: “No começo, a guerra inevitavelmente fortalecerá a posição de Stalin no sentido de que o espírito de autopreservação da burocracia e do povo daria um novo espírito à fração do Kremlin. Mas durante a guerra ocorrerá o mesmo que em outros países. A desintegração do regime e a guerra significarão a morte inevitável daquele. O regime que o substituirá é parte do problema geral. Se a guerra produz uma revolução nos países capitalistas, então a queda da camarilha estalinista será somente um episódio secundário da guerra, a menos que seja substituída imediatamente pelas organizações operárias (soviéticas). Se admitamos, por um momento, a hipótese de que a guerra significaria o final de nossa civilização, então a Rússia cairá naturalmente. Mas isso não é muito provável. A agonia mortal do estalinismo, escrevemos, e não é um exagero, também significa a morte da Comintern (III Internacional). Não só é possível, mas provável, quase seguro que a Comintern terminará seu curso, como movimento vigoroso antes da queda definitiva da camarilha do Kremlin na União Soviética. Mas até certo ponto isso depende também de nossa própria política”.

Embora esse raciocínio tenha sido hipotético, a importância dele está em que Trotsky afirmava e lutava para que o movimento revolucionário internacional se organizasse tendo como coluna vertebral a IV Internacional.

(As citações foram extraídas do tomo IX, 1937-1938, vol. 2, obra Escritos, Leon Trotsky, Editorial Pluma)

LANÇAMENTO
FOLHETO

SOBRE O HOMEM SOCIALISTA

Isaac Deutscher

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: **R\$ 5,00**

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS